



VOLUME 2

ANTÔNIO VIDAL NUNES

A presença da Filosofia no estado do Espírito Santo: ensino e pesquisa

A contribuição dos professores presbiterianos do Departamento de Filosofia da Ufes





Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária - Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória - ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Zenólia Christina Campos Figueiredo

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria
Silva, Graziela Baptista Vidaurre, Isabella Vilhena
Freire Martins, José André Lourenço, Marcos
Vogel, Margarete Schat Góes, Rogério Borges
de Oliveira, Sandra Soares Della Fonte, Sérgio da
Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim
Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta
Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,
Marcos de Alarcão, Maria Augusta
Postinghel, Maria de Lourdes Zampier



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena Pires

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Natalia Natalino |
Roberto Azul | Joyce Guimarães | Thais Shelp

Seção de Design

Glaucio Coelho | Victória Sacagami

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil
Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil
Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil
Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique
Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia
Luciano Brito | UFRB | Brasil
Maria Alice Resende | UFRB | Brasil
Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona
Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil
Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Glaucio Coelho

Revisão de texto

Carlos Otávio Flexa
Joyce Guimarães

Fotografia da capa por
Ilya-Plakhuta obtida em
<https://unsplash.com/>.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Nunes, Antônio Vidal.

N972

A presença da Filosofia no estado do Espírito Santo : ensino e pesquisa : a contribuição dos professores presbiterianos do Departamento de Filosofia da Ufes [recurso eletrônico] / Antônio Vidal Nunes . — Vitória : EDUFES ; Rio de Janeiro : MC&G , 2020.

Dados eletrônicos (e-Pub) — (Coleção Pesquisa Ufes ; 2).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88077-00-9 [coleção]

ISBN: 978-65-88077-52-8

1. Educação - Filosofia. 2. Educação e Estado - Brasil.
3. Filosofia - Estudo e ensino. I. Título.

CDD : 107 . 108152

Biblioteca Priscila Pena Machado CRB - 7/6971

ANTÔNIO VIDAL NUNES

A presença da Filosofia no estado do Espírito Santo: ensino e pesquisa

A contribuição dos professores presbiterianos do Departamento de Filosofia da Ufes

 **EDUFES**

Vitória, 2020

*Para Maria Stella de Marino Schiavon,
minha primeira professora.*

Sumário

Apresentação	9
Introdução	12
Capítulo 1	
Contextualização histórica: breves considerações	14
Capítulo 2	
O Seminário Centenário em Vitória	22
Capítulo 3	
Joaquim Beato	28
Os profetas e a justiça entre os homens	33
Capítulo 4	
Claude Emmanuel Labrunie	38
O homem e a justiça social como preocupação maior.....	41
Capítulo 5	
Admardo Serafim de Oliveira	47
A educação enquanto preocupação filosófica	49
Capítulo 6	
Anacleto Rodrigues da Silva	54
A linguagem como problema filosófico	55
Capítulo 7	
Rubens Duarte de Albuquerque	62

Capítulo 8

João Pedro de Aguiar 65

A filosofia política: a participação social 67

Capítulo 9

Cleves Emerich dos Santos..... 72

Religião e Educação 74

Capítulo 10

Pedro José Bussinger..... 76

O exercício da cidadania como preocupação filosófica e pedagógica..... 78

Conclusão..... 87

Referências..... 90

Índice 97

Sobre o autor 100

Apresentação

Este livro é incomum e necessário: ler textos de antigos professores mobiliza nosso afeto e imaginação, fazendo memória de um percurso alvissareiro e que continuamos juntos a percorrer. Ao longo de uns cinquenta anos desse caminho, erige-se uma herança, e nela, cada um dos professores elencados aqui deu um passo significativo.

O lado presbiteriano desse caminho começou nos idos da década de sessenta com o encontro de professores e alunos no avançado Seminário Presbiteriano do Centenário, inaugurado em Vitória no ano de 1963, onde Claude Emmanuel Labrunie e Joaquim Beato foram professores e João Pedro de Aguiar, Anacleto Rodrigues da Silva, Pedro José Bussinger, Cleves Emerich dos Santos e Admardo Serafim de Oliveira estudaram. Apenas Rubens Duarte de Albuquerque não o frequentou, embora também tenha sentado nos bancos do Seminário Presbiteriano de Campinas, onde ele e alguns dos colegas acima foram influenciados pela teologia da revolução formulada pelo então professor Richard Shaull, a exemplo de Rubem Alves. Este por sinal foi amigo de muitos deles, que, como o famoso autor, acabaram incomodando a Igreja Presbiteriana do Brasil. Deixados à margem, alguns deles ajudaram na criação da Igreja Presbiteriana Unida, iniciada em 1978.

Nessa época, geralmente se ministrava a disciplina Introdução à Filosofia para os cursos do Ciclo Básico. A formação teológica fez da relação entre fé e razão um eixo de discussão em perspectiva democrática, na linha dos direitos humanos. Muitos foram pioneiros e expoentes, no estudo de certos temas, como a questão negra no protestantismo, a proposta de Paulo Freire e o ensino religioso. Essas e outras questões sociais não eram, no entanto, apenas abstração para esses docentes. A militância política deles atravessava os muros da universidade no compromisso com o bem comum. Compromisso que se traduziu concretamente em funções institucionais, seja em cargos públicos ou em entidades da sociedade civil, tais como: vereança, senatoria, Secretaria de Estado de Educação, presidência do Hospital Evangélico de Vila Velha, supervisão da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem). Além disso, dois docentes foram fundadores da ecumênica Comissão de Justiça e Paz, vinculada à Arquidiocese de Vitória.

Esses personagens não se satisfaziam, portanto, com a teoria fora de um processo de ação e realizações. Num ambiente de luta política, empenharam-se pela implantação da Filosofia no Ensino Médio em todo o Brasil, participando da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, fundada clandestinamente em 1975. No tocante ao aspecto didático, em 1985, com os demais professores do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) publicaram por uma grande editora, a Loyola, o marcante livro *Introdução à Filosofia*. Obra com várias edições e que foi precursora de textos didáticos para o ensino da Filosofia com a redemocratização. O Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo foi criado em 1988.

A gestação de um departamento acadêmico carrega um legado. No entanto, seria excessivo estabelecer uma linearidade sem curvas, pois a história continua. Mais recentemente, com o Mestrado Profissional e os programas acadêmicos de Mestrado e Doutorado, o Departamento de Filosofia acolheu, em 2018, o mais

importante evento acadêmico da comunidade filosófica nacional: o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof). A tradição que herdamos é viva e o perfil de nosso departamento se transforma tal como se como transforma o panorama político-cultural e acadêmico mais amplo.

Por fim, se há algum colega do Departamento atual que melhor faz uma ponte com as suas origens, arrisco dizer que seja o autor deste livro. Basta constatar seu interesse pela pesquisa em educação, religião, pensamento latino-americano e pela história do ensino de Filosofia no Espírito Santo, expresso materialmente em suas mãos. Não é à toa que proximamente se aposentará, e, para nossa honra, como Chefe de nosso Departamento.

Marcelo Martins Barreira

Doutor em Filosofia e professor
do Departamento de Filosofia da Ufes

Introdução

A atividade filosófica nos seus vários aspectos, no interior de uma determinada coletividade, pressupõe sempre condições necessárias que viabilizem sua prática. Entre estas poderíamos destacar, como ponto de partida, a constituição de um grupo de profissionais a ela vinculada. Também são imprescindíveis instituições que possam fomentar o ensino, a pesquisa e outras iniciativas. Hoje podemos dizer que o estado do Espírito Santo já é possuidor de uma pequena tradição que, reunindo os componentes indicados, ao longo de vários anos, permitiu ao labor filosófico nesta latitude alcançar uma maturidade reflexiva, que o colocou em condições de interlocução com a comunidade filosófica nacional e internacional, como já vem acontecendo.

Como parte deste processo de amadurecimento, não resta dúvida de que a constituição do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e a formação de um grupo de docentes a ele associado, a partir de meados de 1970, representaram um acontecimento de extrema relevância para a consolidação e a difusão deste conhecimento entre nós, e como consequência, um avanço na qualificação humano-cultural da comunidade espírito-santense. Não podemos deixar de considerar outros fatores que concorreram, ou contribuíram, para tal realização, como a criação de centros formativos vinculados a instituições religiosas sediadas em nossa região,

que promoveram, ao lado da instrução teológica, o ensino de disciplinas filosóficas, despertando o interesse dos jovens estudantes por este saber. Muitos entre eles, identificados com esta área de conhecimento, a partir dos seus estudos propedêuticos de Filosofia, sentiram-se motivados a aprimorar as suas assimilações iniciais em espaços de formação filosófica devidamente credenciados e reconhecidos pelos órgãos competentes em outros estados da federação.

Nesta investigação preliminar nos dedicaremos ao estudo de um grupo de professores pertencentes à tradição protestante, especificamente presbiteriana, que, no nosso entender como hipótese-guia do trabalho, trouxeram uma contribuição significativa, durante quase três décadas, para o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento do pensamento filosófico no estado. Indicaremos, de forma introdutiva, quem foram, o que fizeram e um pouco do que pensaram. Talvez antes, devêssemos apontar os caminhos através dos quais este grupo foi se constituindo até esses professores se encontrarem no Departamento de Filosofia da Ufes.

O momento em que hoje nos encontramos, em termos de cultura filosófica, deita suas raízes em um passado que necessita ser resgatado como parte da memória, ações realizadas que nos permitiram chegar aonde nos encontramos no presente. É inegável que uma História da Filosofia em nosso estado precisa ainda ser escrita. Aqui pretendemos apenas dar os primeiros passos nesta direção, na expectativa de que outros possam prolongar este labor inicial: explorando documentos e fontes aos quais não foi possível ter acesso para elaboração deste modesto e incompleto empreendimento; assim como desenvolvendo uma adequada e devida apreciação quanto à contribuição de cada um destes professores dos quais brevemente trataremos.

Capítulo 1

Contextualização histórica: breves considerações

Ao nos referirmos a um conjunto de professores de Filosofia, vinculados a uma tradição religiosa, a presbiteriana, que constituíram parte significativa do Departamento de Filosofia em sua formação nascente, torna-se importante, assim julgamos fazer algumas considerações contextualizadoras mais amplas, que poderão ser úteis para ajudar a entender o surgimento e o significado deste grupo de docentes, tanto para o ensino como para a pesquisa em nosso meio social e cultural.

A história da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) inicia-se em 1859 com a chegada do jovem missionário americano Ashbel Green Simonton, de apenas 26 anos, ao Rio de Janeiro. Desde então, a instituição religiosa se organizou e se expandiu por todo o solo brasileiro, contando com a presença dos missionários que aqui aportaram, difundindo entre os convertidos uma cosmovisão religiosa cristã calvinista proveniente dos Estados Unidos (ARAÚJO, 1985, p. 7).¹ No

1 No ano de 1888 havia no Brasil vinte missionários estrangeiros e doze pastores nacionais. Havia 59 igrejas e quatro presbitérios: do Rio de Janeiro, de

processo de fixação em terras brasileiras, a nova igreja conheceu, em sua trajetória histórica de estruturação, afirmação e difusão, diversos conflitos internos: doutrinários, teológicos e organizacionais. O primeiro, por exemplo, provocou uma divisão na instituição, com o surgimento, em 1903, da Igreja Presbiteriana Independente.²

Em termos propriamente de concepções teológicas, sempre houve uma tensão entre uma visão fundamentalista e outra progressista; na primeira, o abandono da realidade histórica e seus problemas; na segunda, o compromisso com as circunstâncias sociais, uma fé engajada, desejo de uma participação ativa na ordem do mundo. A visão progressista se desenvolveu articulando propostas teológicas críticas e iniciativas pastorais ecumênicas a partir de uma sensibilidade específica para com os problemas sociais brasileiros.

No início do século, em 1910, ocorreu, na Escócia, a Conferência para o Mundo Missionário, liderada pelo metodista John R. Mott, que abriria caminhos para um movimento ecumênico que teria amplas repercussões no seio da IPB. A preocupação era estabelecer um trabalho efetivo de cristianização da África, Ásia e Oceania. A partir destas preocupações, seria defendida a necessidade de uma ação solidária e cooperante entre as igrejas protestantes. Aqui, a ideia de ecumenismo começa a se fazer presente entre várias igrejas evangélicas.

Na sequência, aconteceram alguns importantes congressos, entre eles, o da Ação Cristã para a América Latina, no Panamá, em 1916, abrindo as possibilidades para o surgimento, em 1948, do “Conselho Mundial da Igreja” em Amsterdã, que assumiria uma posição ecumênica e uma espiritualidade encarnada, de que faria

Minas Gerais, de São Paulo e de Pernambuco. As sessões do Primeiro Sínodo foram realizadas na igreja do Rio de Janeiro, de 30 de agosto a 19 de setembro de 1888.

2 Conferir Beato (1994, p. 25-31), sobre essas dissidências e conflitos ao longo da história da Igreja Presbiteriana no Brasil.

parte a Confederação Evangélica Brasileira. Com isso, ganha desdobramentos novos, como já indicamos, as tendências fundamentalistas e progressistas em seu agir. É no interior desta trajetória, por exemplo, que Carl McIntire, em uma perspectiva conservadora, cria o Conselho Internacional das Igrejas Cristãs (Ciic),³ que abrigaria várias denominações evangélicas no Brasil, representando reação às ideias progressistas do Conselho Mundial de Igrejas e das novas teologias. As autoridades e lideranças da Igreja Presbiteriana do Brasil mantiveram sua adesão ao “Conselho Mundial das Igrejas”, mas sem uma aceitação unânime: as divergências internas permaneciam.

No interior da IPB, um grupo com preocupações ecumênicas, sociais e políticas, obteve visibilidade com a criação da Confederação Nacional da Mocidade, que começou a ser pensada já em 1936. Entre os jovens líderes religiosos deste movimento, poderíamos citar as figuras de Erasmo Braga, Adolfo Hempel e Eliezer Saraiva, pertencentes à região de São Paulo, que começaram a organizar a mocidade presbiteriana em vários níveis e regiões, com apoio de algumas autoridades religiosas, até chegarem à constituição da Confederação, em 1946 (SILVA, 1996, p. 112-141), que fixaria sua sede no Rio de Janeiro.

Nos encontros promovidos pela entidade no decorrer dos anos seguintes, os jovens líderes foram amadurecendo seus projetos e objetivos.⁴ Entre eles, o do compromisso social e político com a sociedade brasileira. Torna-se importante, neste processo, a presença do

3 Carl McIntire criou o Conselho Internacional das Igrejas Cristã (Ciic) em oposição ao Conselho Mundial das Igrejas, com amplas repercussões no Brasil, dentro de uma perspectiva iminentemente fundamentalista. Conferir Silva (1996, p. 21-51) para maiores conhecimentos deste processo.

4 A juventude presbiteriana realizou vários congressos. O I Congresso ocorreu em 1946, no Rio de Janeiro; o segundo aconteceu em Recife(PE), em 1949; o terceiro, foi realizado na cidade de Lavras (MG); o décimo quinto em Salvador(BA), e o último ocorreu 1959. Por divergências internas da igreja, foi

pensador missionário americano Richard Shaull,⁵ que, após alguns anos trabalhando na Colômbia, foi convidado a atuar no Brasil. Ele marcaria profundamente a juventude presbiteriana em nossa terra, com sua perspectiva teológica. O citado intelectual desenvolveu um pensamento religioso conhecido como Teologia da Revolução, pensamento esse que passaria a ser conhecido no Brasil a partir de 1953, após convite para lecionar no Seminário Presbiteriano de Campinas; ele foi o responsável pela formação de uma geração de teólogos e pastores presbiterianos, assim como de outras denominações protestantes. Suas influências se fizeram presentes no grupo de professores de Filosofia que atuavam na Universidade Federal do Espírito Santo. Para João Dias Araújo, Richard Shaull, naquele momento histórico:

- a) Valorizou a preocupação política por parte da igreja, mostrando a necessidade de preparação de jovens crentes para atuação nas áreas do poder político (Jornal Mocidade, agosto de 1953, p. 6); b) Despertou a mocidade para o sentido da “revolução social” que havia de ser feita no Brasil, baseada na revolução de Deus; c) Mostrou aos jovens que os cristãos são enviados ao mundo para um testemunho efetivo. Esse foi o tema do Congresso Nacional da Mocidade em Salvador, em 1956. Para esse Congresso, Shaull escreveu, a pedido da CMP, oito estudos de preparação para o Testemunho (Mocidade, Jornais de junho e dezembro de 1956); d) No Congresso de Salvador, Shaull foi honrado com o apelido de “jovem mestre”, enquanto José Borges dos Santos, era chamado de “velho mestre” (Mocidade, fev. 1956); e) Na série de artigos que Shaull publicou

proibida a continuidade dos congressos. A Confederação da Juventude Presbiteriana foi extinta em 1960.

5 Para uma melhor compreensão do pensamento de Richard Shaull, sugiro a leitura do livro *De dentro do furacão. Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação*, publicado em 1985, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai).

no jornal *Mocidade*, a partir de maio de 1953, em forma de diálogo, mostrou a necessidade dos jovens se preocuparem com os problemas sociais e políticos (ARAÚJO, 1975, p. 23-24).

Não podemos esquecer, neste contexto, a presença e atuação da *Iglesia y Sociedad en la América Latina (Isal)*,⁶ criada em Lima (Peru), em 1961, com a preocupação de levar os evangélicos do continente a um maior engajamento e participação social em seus países. Dentro do mesmo espírito, a Confederação Evangélica do Brasil, articulada ao Conselho Mundial das Igrejas, volta-se para os problemas sociais do Brasil em um momento de intensa efervescência social e cultura. Para isso, criou-se uma área de atuação específica, o Setor da Responsabilidade Social (BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 65-117), que promoveu vários encontros nacionais denominados “Consulta Nacional sobre Igreja e Sociedade”, objetivando discutir a realidade brasileira e a atuação evangélica na mesma. Desta iniciativa, foi aos poucos sendo delineado e fundamentado um pensamento religioso comprometido com a realização de uma nova ordem social em nossa pátria.

Originou-se também desta busca uma teologia libertária atualizada, resultado da atuação comprometida dos reformados nas várias regiões do país. Em seus projetos, postulava uma nova visão do ecumenismo, não mais voltada para uma articulação apenas entre os evangélicos, mas aberta para outras igrejas, inclusive a católica, que sempre estiveram a combater, mas que agora se tornava uma aliada com um projeto social comum, desde a situação histórica então vivida em nossa pátria. Também fez parte deste momento o diálogo de evangélicos com pensadores não religiosos, considerando que estes poderiam trazer contribuições pertinentes para a interpretação da realidade nacional nas mais variadas áreas do saber.

6 Conferir Bittencourt Filho (2014, p. 65-117), para uma melhor compreensão do que foi a *Isal* em sua ação social e em sua elaboração teológica comprometida.

Os jovens professores de Filosofia que participaram da formação do Departamento de Filosofia da UFES na década de 1970, provenientes da igreja presbiteriana, estavam identificados com a nova linha de pensamento que ganhava consistência e expressão já no princípio dos anos 50. Os docentes, sobre os quais falaremos, passaram por um processo de formação dentro do novo espírito teológico e filosófico. O compromisso com a sociedade, o homem e o mundo, implicava a necessidade de novos fundamentos filosóficos que permitissem uma interpretação das novas circunstâncias. Os embates entre cosmovisões diversas foram permanentes e incessantes. As divergências internas ganharam desdobramentos novos, com os militares assumindo o poder após o golpe de 1964. Uma tendência conservadora e fundamentalista no seio do presbiterianismo assumiu o poder e a direção da instituição religiosa, promovendo mudanças teológicas, administrativas e organizacionais. Ocorreu um prolongado embate, em que, ao longo de alguns anos, foi se pavimentando o caminho para a criação, por exemplo, da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

A Igreja Presbiteriana Unida, em seu processo de constituição, passou por vários momentos desde 1976. Em 1978 foi criada, na cidade de Atibaia (SP), a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (Fenip). No ano seguinte, a cidade de Vitória se estabeleceu como centro administrativo da nova Igreja Presbiteriana. Posteriormente, em 1983, surgiu propriamente a Igreja Presbiteriana Unida (IPU), com uma estrutura organizativa distinta da Igreja Presbiteriana do Brasil e da Presbiteriana Unida. Quanto ao surgimento da nova igreja, ressaltaria um de seus líderes, o reverendo Zwinglio Dias, ainda naquele momento inicial:

A adesão de novas igrejas vinda da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e a proposta de adoção do nome Igreja Presbiteriana Unida (IPU) representam uma nova etapa no processo de renovação ou reforma e atualização da tradição reformada entre nós e devem ser vistas como uma oportunidade para o avanço e aprofundamento

do significado da missa das Igrejas em nosso contexto [...]. O presbiterianismo já sofreu umas cinco ou seis cisões no curso de sua história no Brasil. Foram muitas e variadas as razões que levaram à formação de novas igrejas a partir do tronco inicial, constituído pelos missionários americanos na segunda metade do século passado (DIAS, 1984, p. 2-21).

A nova igreja pretendia ser uma resposta nova e atualizada da tradição herdada. Não é possível discutir de forma pormenorizada todos os aspectos das preocupações que os motivaram: ecumenismo, engajamento social, valorização da comunidade, tratamento novo à diversidade sexual etc. Em 1999, a IPU passou também a ordenar as mulheres, um acontecimento novo no interior da tradição presbiteriana. Alguns dos líderes religiosos da nova igreja já faziam parte do Departamento de Filosofia neste período, e estavam identificados com um pensamento teológico progressista que estava na base desse acontecimento.

Na anterioridade dos acontecimentos apontados, a Igreja Presbiteriana do Brasil conseguiu estabelecer diversos centros de formação teológica com reconhecimento nacional e internacional. Entre eles podemos citar o Seminário Presbiteriano de Campinas (SPN), também conhecido como Seminário do Sul, criado em 1909. Na cidade de Recife surgiria o Seminário Presbiteriano do Norte, em 1924 (ARAÚJO, 1985, p. 59).⁷ Em 1959, no ano do centenário da presença presbiteriana no Brasil, foi criado, no estado de Minas Gerais, o Seminário Centenário, que posteriormente seria transferido para a cidade de Vitória, no Espírito Santo.

7 Até 1924, o SPN era uma “Escola teológica do Presbitério de Pernambuco”. Em 1924, o Supremo Concílio reconheceu-o como instituição da IPB e deu-lhe o título de Seminário Evangélico do Norte e “aberto para uma franca cooperação com as igrejas irmãs” (ARAÚJO, 1985, p. 59). Em 1936, o Supremo Concílio aprovou o plano Setentrional para a fusão do Seminário Evangélico do Norte com o Instituto Bíblico do Norte, da Igreja Congregacional.

Essas instituições de formação teológica tiveram um papel importante na educação dos novos pastores, tanto teologicamente como pastoralmente. Alguns acordos foram realizados com instituições de ensino e pesquisas de outros países, possibilitando a muitos alunos que por ali passaram realizar aprofundamentos de seus estudos em outras regiões do mundo: Suíça, França, Escócia, Canadá, Estados Unidos etc.

Capítulo 2

O Seminário Centenário em Vitória

No estado do Espírito Santo, na década de 1960, a Igreja Presbiteriana conheceu um dos maiores crescimentos em todo Brasil. Por aqui ela “floresceu sem o auxílio dos missionários das duas juntas presbiterianas dos Estados Unidos” (DIAS, 1975, p. 83). Naquele período, nesta região, as igrejas presbiterianas estavam distribuídas por sete cidades: Alegre, Colatina, Itabapoana, Campos, Itapemirim, São Mateus e Vitória, todas articuladas ao Sínodo Espírito-Santense. O crescimento da igreja na região e as novas demandas colocadas em termos de formação de liderança fizeram com que o Seminário Presbiteriano do Centenário (SPC), criado em 1958 pelo Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana em Presidente Soares (MG), fosse transferido para Vitória em 1962, onde veio a funcionar de forma efetiva a partir de agosto do ano seguinte (TABRAJ, 1999, p. 154).⁸ A instituição

8 O SPC funcionou em Vitória a partir de agosto de 1963, mas não teve instalação própria. A turma do internato foi instalada no prédio do antigo internato do Colégio Americano Batista, no centro da cidade, e as aulas foram ministradas na Igreja

de ensino havia sido pensada muitos anos antes, em 1946, em um encontro realizado no Rio de Janeiro para preparar o centenário da chegada do missionário Simonton ao Brasil (TABRAJ, 1999, p. 146). Após muita dedicação e trabalho de várias autoridades religiosas, a ideia ganha adesões e se concretiza.⁹ Este centro de formação era uma referência em termos de preparação das lideranças presbiterianas. Claude Labrunie, um dos reconhecidos professores da instituição, diria que o Seminário do Centenário, nasceu:

Como resultado do anseio de liderança e autonomia e de soluções de problemas da região da Mata, de Minas e do Estado do Espírito Santo, e, desde suas origens, foi sendo de uma instituição que deveria contribuir para esse anseio de renovação e de relacionamento do Evangelho com a sociedade brasileira. De modo que, que desde as suas origens, como o seu primeiro professor, Joaquim Beato, foi uma comunidade sempre com convicções ecumênicas e de uma teologia encarnada na sociedade e na história (BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 479).

As autoridades que assumiram a responsabilidade de conduzir o Seminário Centenário tinham a preocupação em manter uma formação atualizada, recorrendo às teologias mais recentes, dialogando com Karl Barth, Paul Tillich, Reinhold Niebuhr etc. Também buscaram a contribuição das ciências sociais e humanas que lhes permitiam uma melhor compreensão da realidade brasileira. Neste sentido, pretendiam trazer uma proposta diferenciada em relação aos outros centros

Metodista Central, na Vila Rubim, até 1965. A partir de 1966 o SPC mudou-se para o Colégio Martinho Lutero. Neste local, hoje funciona a Faculdade Unida.

9 Entre os idealizadores da instituição encontram-se: Joaquim Beato; Cícero Siqueira e seus filhos: Cephaz Siqueira e Cleantho Siqueira; Jader Gomes Coelho; Benjamim César; José Borges dos Santos Jr. (Presidente do Supremo Concílio naquele período); Cícero Ciqueira; Rev. Uriel e Boanaerges Leitão (Caratinga) e Reverendo Américo Coelho (Governador Valadares) (TABRAJ, 1999, p. 151).

formativos da Igreja Presbiteriana, visando maior autonomia intelectual e liberdade para o pensar. Em sua fase inicial, antes mesmo da vinda para Vitória, o Seminário contou com o apoio de instituições internacionais, entre elas o Conselho Mundial das Igrejas, que através de um dos seus órgãos, o Theological Education Fund, fez, conforme assinala Claude Labrunie (TABRAJ, 1999, p. 162), uma doação imensa de livros para o Seminário Centenário, da mesma forma que o fez para outras instituições religiosas. Foi um acontecimento importante, pois abriu novas possibilidades de acesso ao conhecimento; também criou uma motivação, não apenas para os professores, que poderiam dispor de uma bibliografia atualizada, mas também para os alunos que teriam acesso a um acervo atualizado e rico que os estimularia ao trabalho intelectual. A possibilidade de estudar outros idiomas sempre foi uma preocupação dos dirigentes do Seminário. Grande parte das obras estudadas vinham de outros países, motivo esse para uma valorização no currículo, com o uso de outras línguas, na formação exigida pelo Seminário.

Ainda como parte da estruturação deste centro formativo foram criadas várias áreas de saberes específicos, os departamentos de Bíblia, de História Eclesiástica, Teologia Prática e Estudos Brasileiros. Nesse último saber, vamos encontrar disciplinas vinculadas às ciências sociais, aos problemas brasileiros e à cultura pátria. Havia igualmente formação filosófica inserida nestes departamentos, por meio das disciplinas filosóficas que eram estudadas nos dois primeiros anos e se situavam no Departamento de Teologia Doutrinal. Na tentativa de estabelecer um liame entre fé e razão, era cursada a disciplina Introdução à Filosofia; depois havia uma dedicação à História da Filosofia através de duas disciplinas: a primeira percorria as grandes construções filosóficas até a idade moderna, com Kant; depois havia uma atenção à filosofia contemporânea. Também era oferecido, no quinto ano de estudo, um espaço para as questões éticas em sua aproximação com a teologia e a realidade brasileira. Nessa proposta, o papel da Filosofia era o de promover a compreensão da

situação existencial do povo de Deus. Neste sentido, era necessário estudar Filosofia “para melhor entender a fé no contexto do pensamento humano” (TABRAJ, 1999, p. 168).¹⁰ A questão de fundo era qualificar o agir religioso, com o apoio nos estudos filosóficos e no conhecimento científico da realidade brasileira – uma contribuição indispensável para a ação pastoral da Igreja. Para tanto, conforme o projeto do curso, seria necessário:

a) Coletar e transmitir informações sobre os problemas econômicos, sociais, políticos que o povo brasileiro se propõe e procura resolver na atualidade; b) Procurar compreender, em profundidade, as obras de cultura realizada no Brasil, especialmente aquelas, com mais vigor e realismo, que expressam os dramas humanos, a sensibilidade do povo em relação aos seus problemas e as diferentes orientações e tendências ensaiadas para a solução; c) Propiciar um diálogo honesto e franco entre a fé cristã e essas manifestações culturais, na certeza de que tal diálogo é indispensável para o enriquecimento da reflexão teológica, da experiência comunitária e da consciência missionária da Igreja (TABRAJ, 1999, p. 171).

Para desenvolver o seu trabalho formativo o Seminário Centenário contou com professores reconhecidos pelos seus trabalhos, como Richard Shaull (1919-2002), J. Marshall Guthrie (1924-2006), Alfred Durand Sunderwirth, Clícia Siqueira Labrunie, José Borges dos Santos Jr., Esdras Borges Costa, Celso Lola Dourado, Carlos Vagner, Jether Pereira Ramalho, Rubem Alves, Wilson de Souza Lopes,

10 Entre os Seminários Presbiterianos havia uma certa liberdade em termos de definição das disciplinas filosóficas a serem lecionadas para além das introduções às filosofias. Encontramos no currículo de um aluno transferido em 1970 para o Centro de Estudos Teológicos (Vitória), procedente do Seminário Presbiteriano do Norte, as seguintes disciplinas: Lógica, Metafísica, Cosmologia, Gnosologia e Ética (TABRAJ, 1990).

Waldo Cesar, Eduardo Coelho, Joaquim Beato entre outros. Embora não relacione todos os professores, podemos dizer que se tratava de um corpo docente altamente qualificado, referência internacional em suas áreas de saber. Os professores Labrunie e Joaquim Beato, pertenceram ao Departamento de Filosofia da Ufes, assim como alguns de seus alunos: João Pedro de Aguiar, Anacleto Rodrigues da Silva, Pedro José Bussinger, Cleves Emerich entre outro.¹¹

Após o golpe militar de 1964, como antes apontamos, ocorreu uma reorganização interna na Igreja Presbiteriana, em sua estrutura de poder, e também um certo retrocesso religioso: o Supremo Concílio da Igreja, em reunião realizada em 1966, em Fortaleza, decide, inesperadamente, pelo fim das atividades da instituição de ensino em Vitória, uma deliberação que surpreendeu os formadores que atuavam no Seminário Centenário, assim como os órgãos que supervisionavam os seminários presbiterianos. Apesar da reação da comunidade acadêmica, por meio de protestos e resistência, a instituição foi fechada, os professores demitidos e os alunos dispensados. A reviravolta conservadora atingiu também os outros seminários existentes: o de Campinas e o do Recife.¹² Vários alunos ficaram sem poder dar continuidades aos estudos. Entre eles encontravam-se os ex-professores da Ufes, Pedro José Bussinger (Filosofia) e Átila José dos Santos (Centro Pedagógico) e Anacleto Rodrigues da Silva.

Com o fechamento do Seminário Centenário, como tentativa de dar continuidade à formação teológica no estado, foi criada a Fundação Educacional Cicero Siqueira (Fecisc),¹³ e, vinculado a ela, o Centro de Estudos Teológicos (CET), sob a direção do professor Claude Labrunie

11 Conferir Tabraj (1999, p. 172-173) para conhecer as disciplinas lecionadas por cada professor.

12 Conferir Dias (1985, p. 55-60) uma síntese sobre a crise instalada nas duas instituições educativas.

13 Rev. Cicero Siqueira era natural de Pernambuco, depois se transferiu com sua família para a cidade de Alto Jequitibá (MG), em 1929, onde atuou como pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil por aproximadamente 34 anos,

e sua esposa, Dr^a Clícia Siqueira Labrunie, que possibilitou aos alunos da 8^a e 9^a turmas concluírem os seus estudos em 1971.

Grande parte dos primeiros professores do Departamento de Filosofia (Ufes), esteve vinculada a este centro de formação presbiteriana na condição de aluno ou professor, como apontamos. Não conheceram uma formação voltada ou preocupada com investigação filosófica, com uma atividade própria destinada ao trabalho com os conceitos filosóficos, contudo alguns deles foram superando as dificuldades e limitações de sua formação acadêmica, desenvolvendo assim, uma sensibilidade para com a atividade de pesquisa, realizando dessa forma as primeiras produções acadêmicas entre nós. É preciso não esquecer que, neste contexto, sequer tínhamos ainda, vinculado ao Departamento de Filosofia de que fizeram parte, um curso de Filosofia, que foi criado apenas em 1988. Passemos, então, a descrever quem foram os referidos professores e suas linhas de interesse investigativo. Ainda uma observação: os aludidos docentes foram, em sua maioria, contratados pela Universidade Federal do Espírito Santo durante a década de 1970. Apenas o professor Anacleto Rodrigues da Silva passou a integrar o quadro de docentes do Departamento de Filosofia na década seguinte, em 1982; portanto, dois anos depois da constituição do Departamento de Filosofia.¹⁴

além de assumir a direção do Colégio Evangélico da cidade até 1963, quando veio a falecer.

14 Até então, no Centro de Estudo Gerais, atual Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), havia um único departamento que englobava Filosofia, Sociologia e Psicologia. Com a constituição do Departamento de Ciências Sociais (CCHN), ficaram apenas Filosofia e Psicologia, mas, em 1980, o Departamento de Filosofia se constituiu de forma autônoma.

Capítulo 3

Joaquim Beato

Joaquim Beato foi uma das mais importantes lideranças presbiterianas do Espírito Santo e do Brasil. Ele nasceu em 1924, na cidade de Alegre, sul do estado. Em 1948 concluiu seu bacharelado em Teologia no Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas (SP), cidade em que havia chegado em 1945 (BEATO, 1984, p. 31), ordenou-se pastor no ano seguinte. Um dos seus empenhos foi o estudo de idiomas: conhecia o espanhol, italiano, francês, inglês, latim, grego e hebraico; conhecimento que lhe deu oportunidade de estudar e participar de vários encontros de teólogos em diversos países, como Canadá, Holanda, Inglaterra, Suíça, Estados Unidos, Chile, Austrália (IMPRESSA EVANGÉLICA, 1986, p. 4) etc. Depois de ser tornar pastor realizou especialização na Universidade de Edimburgo, Escócia, onde estudou hebraico e Antigo Testamento) e Apocalíptica em Oxford entre os anos 67 e 70.¹⁵ Deste período, podemos tomar conhecimento de alguns artigos seus, divulgados em algumas revistas:

15 Os estudos realizados fora do Brasil foram viabilizados com bolsas do World Council of Churches.

Os profetas, 1963;¹⁶ Situação Socioeconômica da América Latina, e Situação da Igreja na América Latina; os dois últimos publicados em Bogotá (Colômbia), em 1964.¹⁷

Em 1972 foi licenciado em filosofia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rei, portanto, alguns anos após sua formação teológica. Antes de entrar na Universidade Federal do Espírito Santo, em 1972, Joaquim Beato lecionou várias disciplinas no Seminário Centenário:¹⁸ hebraico, história da religião e teologia bíblica, sendo reconhecido no Brasil como importante conhecedor da hermenêutica e exegese bíblica (Novo e Antigo Testamento). Ocupou ainda, importantes cargos na Igreja Presbiteriana do Brasil, sendo um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Unida.

Em 1975 foi liberado por quatorze dias pela Universidade Federal do Espírito Santo para participar do Grupo Internacional sobre Teologia e Racismo, em Genebra, promovido pelo Conselho Mundial das Igrejas.¹⁹ No ano seguinte, efetuou o curso de Aperfeiçoamento em Ensino Superior na área de Ciências Sociais e Filosofia,²⁰ mesmo período em que, o supracitado docente, se efetivaria no regime de quarenta horas através do processo n. 2.392/76, da Universidade Federal do Espírito Santo.

16 Resultados de sua apresentação no Encontro do Nordeste, em 1962, promovido pela Igreja e Sociedade na América Latina (Isal). Este texto foi publicado em vários livros como parte da memória da Igreja Presbiteriana.

17 Essa informação foi encontrada em um relatório do Departamento de Filosofia, elaborado pelo professor Amado Serafim de Oliveira e Paulo Nosela, relatório em que avaliava a produção do professor Joaquim Beato neste período.

18 Cabe notar que Joaquim Beato foi reitor da Instituição no período de 1959 a 1966.

19 Autorizado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo em 12 de agosto de 1975.

20 O professor Joaquim Beato passou a integrar a Comissão Permanente de Integração Curricular pela Portaria n. 95/1976, assinada pelo Reitor Manoel Ceciliano Salles de Almeida.

Ainda nesta época, foi licenciado para fazer doutorado na Universidade de Campinas na área de Antropologia Social²¹ sob orientação de Dr. Rubem César Fernandes; transferindo-se em seguida para a Universidade de São Paulo para desenvolver pesquisa na área de sociologia, sob a orientação do Dr. Douglas Teixeira Monteiro.²² Não sendo possível terminar o trabalho no prazo de quatro anos, e com a recusa de concessão de mais tempo por parte do Centro de Estudo Gerais (Ceg), hoje Centro de Ciências Humanas e Naturais, em função da legislação existente e da necessidade da presença do professor junto ao departamento, ele retornou não concluindo o seu estudo.²³

Durante a década de 70, Joaquim Beato desenvolveu alguns projetos de investigação,²⁴ elaborou artigos e participou de encontros internacionais vinculados ao Conselho Mundial das Igrejas.

21 O afastamento para doutorado foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Universidade no dia 24 de março de 1977.

22 O professor Beato havia programado com o seu orientador realizar seu doutorado na Usp, contudo, naquele ano, em função de deliberação interna e departamental, o professor não poderia assumir novos alunos em função da excessiva quantidade de orientandos que já tinha. Assim sendo, ficou acordado que professor Joaquim Beato faria algumas disciplinas na Unicamp, onde também havia sido aceito para mestrado. As disciplinas realizadas na Unicamp, no momento oportuno, seriam aproveitadas pela Usp, e sua situação seria regularizada, como de fato foi. A situação foi esclarecida em carta datada de 05 de dezembro de 1976.

23 Joaquim Beato enfrentou sérias dificuldades, problema grave de saúde de sua esposa, que precisava de cuidados especiais, e veio a falecer em 1980. Em 17 de novembro de 1980 ele encaminhou uma carta para o departamento descrevendo a situação de saúde de sua esposa, assim como uma justificativa para a prorrogação do seu tempo para o doutorado. Em função da legislação existente, não lhe foi concedido o tempo solicitado, a não ser, sem ônus para a universidade. Com isso, aconteceu sua desistência em concluir sua pesquisa.

24 Entre eles, em 1976, um sobre o Ensino Superior de Filosofia no Brasil.

O decênio de 1980 iniciou-se com a perda de sua mulher, após trinta anos de união, que faleceu de câncer depois de vários anos de tratamento. Esse acontecimento teve interferência em seus trabalhos acadêmicos: no período, ele estava fazendo doutorado em São Paulo, sob orientação do Dr. Douglas Teixeira Monteiro, como já indicamos. O mencionado professor da Usp veio a falecer em Recife em decorrência de um atropelamento em 1978, quando fazia um trabalho para o Ministério da Educação (MEC). Beato, em 1981, teve a oportunidade de participar de um encontro promovido pelo Conselho Mundial das Igrejas em Melbourne, Austrália. A sua exposição teve como tema “Boas novas para os pobres e suas implicações para a Igreja na América Latina”.

Em setembro de 1983 foi autorizado, pela Ufes,²⁵ a participar de um outro evento promovido pelo Conselho Mundial da Igreja em La Paz (Bolívia). Na oportunidade, falaria sobre o tema “Os aspectos pedagógicos dos projetos de desenvolvimento”. Três anos depois, em outubro de 1986, participaria do Seminário sobre História da Igreja e História da Cultura na Cidade de Oaxtepec (México). Também encontramos, neste mesmo ano, um projeto de pesquisa apresentado pelo professor intitulado “Os indigentes e os valores que os preservam”, que seria desenvolvido junto com seus alunos. O trabalho investigativo pretendia “orientar-se no sentido de encontrar um fio, embora possa vir a ser tênue, de comunicação com os indigentes, de modo a tornar possível o estabelecimento de processos dialógicos que encaminhe e viabilize a plena recuperação de sua humanidade”.²⁶

Em 1987, o professor Beato assumiu a Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo através do Decreto n. 153, de 15 de março de 1987, assinado pelo então governador Gerson

25 Através da Portaria n. 275, de 1º de setembro, assinada pelo reitor Rômulo Augusto Penina.

26 Conforme documento encontrado no SEDOC-CCHN.

Camata, com a aprovação dos órgãos competentes da Universidade Federal do Espírito Santo. Nos anos posteriores, Joaquim Beato, foi convidado para realizar palestras na Universidade de Ijuí-Unijuí sobre o tema O negro no Cenário Nacional e Abolição da Escravatura²⁷ e requisitado a fazer uma conferência sobre o tema “Racismo: desafio para a missão”, que ocorreu no Louisville Presbyterian Theological Seminary, na cidade de Louisville (EUA).²⁸ Neste período, além de secretário de Educação do Estado, ocupou também a Secretaria Municipal de Educação de Vitória, além de exercer outras atividades públicas.

Atuando na ação política diretamente, assumiria em 1994 o cargo de Senador da República, no lugar de Gerson Camatta por quatro meses.²⁹ Neste momento, Joaquim Beato já se encontrava aposentado da Universidade Federal do Espírito Santo pela portaria 304 de 19 de março de 1991, assinada pelo vice-reitor Carlos Coutinho Batalha. Ele faleceria em 28 de julho de 2015, na Cidade de Vitória. Em 2016, através de sua viúva, Vitória Torezani Beato, recebeu (*in memoriam*) o prêmio Dom Luiz Gonzaga Fernandes, que é entregue a quem participa da luta pela justiça social, respeito aos direitos humanos e pelos que defendem o meio ambiente. No Departamento de Filosofia dedicou-se durante vários anos ao ensino

27 O convite foi feito pelo Reitor da Unijuí, Telmo Rudt Fritz, em 17 de março de 1988.

28 O convite foi realizado pelo Dr. Benjamim Gutierrez, Secretário para a América do Sul da Presbyterian Church (EUA).

29 Quando ainda era candidato ao Senado, foi entrevistado por Cyro Cormarck. Na entrevista, dizia dos seus objetivos em relação à vaga que queria ocupar: “Lutar por uma democracia participativa do povo. Para que este tenha canais permanentes de participação nas grandes decisões que envolvam o destino do país. E ainda na consolidação das conquistas sociais dos movimentos populares. Assim como garantia dos direitos humanos: direito ao trabalho, à habitação, à saúde, educação, lazer etc.” (IMPrensa EVANGÉLICA, 1986, p. 4).

de Introdução à Filosofia, como o surgimento desse curso, e contribuía, entre outras, com disciplinas vinculadas à área de lógica.

OS PROFETAS E A JUSTIÇA ENTRE OS HOMENS

Embora o professor Joaquim Beato tenha tido como parte das suas atividades o ensino de Filosofia, quase não escreveu sobre este saber, não encontramos elaborações em torno dos conceitos filosóficos, essa não era sua preocupação. As suas contribuições, em termo de produção, encontram-se no campo da teologia e da exegese. Sempre foi reconhecido por seu conhecimento bíblico, que serviu de base para a sua docência em vários seminários e participação em vários congressos. Em sua produção no universo da linguagem religiosa podemos indicar alguns pressupostos filosóficos que orientaram sua reflexão. Nesse sentido, poderíamos sugerir o de uma filosofia da história, uma antropologia, uma filosofia social, que estiveram subjacentes e foram importantes ao seu labor teológico. Uma investigação ainda a ser desenvolvida que aqui não nos será possível, assim, apenas indicamos possibilidades.

Em 1963, o jovem teólogo se empenhou em fundamentar teologicamente a ação social da igreja em seu artigo “Ideologia cristã como base para a ação social da Igreja”. Para ele, era necessário esclarecer o sentido desta participação, uma vez que a igreja não teria como fugir dela; mas também não justificava e nem identificava o seu empenho com outras iniciativas ou propostas que buscassem, naquele momento histórico, promover a justiça e as mudanças estruturais na sociedade. Para Joaquim Beato, a igreja não era uma associação revolucionária; de acordo com sua reflexão religiosa a igreja deveria assumir a realidade do mundo, mas não por ela mesma, mas função de um plano redentor que se realizaria, desde a encarnação do verbo através de Jesus Cristo. Deus que se fez carne e assumiu a finitude humana, indicava o caminho de redenção do homem, inclusive na realização da justiça, que também

é possuidora de um significado religioso. Portanto, não se trata da igreja enquanto tal, assumir os poderes terrestres para promover sua ação social, mas sim, como base, no sentido que a transcende, participar na ordem social do mundo:

Assim como Deus em Cristo nos confrontou com uma pessoa concreta e nos salvou, a igreja tem que falar aos homens como pessoas concretas, dentro de condições concretas, da qual não pode sair para ouvir a mensagem, mas dentro da qual tem de ouvi-la e entendê-la. Se para falar aos homens dentro de suas condições a única linguagem para eles for a ação social, a igreja não poderá, para pleno cumprimento de sua missão precípua, recusar-se a descer a este campo de ação, num esforço máximo de comunicação, que é sua tentativa de identificação (BEATO, 1963, p. 16).

Deus não está distante e transcendente ao mundo, mas nele presente através de Jesus Cristo, que é o senhor da história, envolvendo e perpassando todos os aspectos da existência humana: iluminando-a. Neste sentido, a igreja por ele criada deve, segundo Beato, sempre indicar o sentido e ser o testemunho do reino de Deus (BEATO, 1963, p. 16) por ele anunciado. A ação social da igreja deve se revestir, portanto, de um caráter cristológico; ele é o senhor do tempo e da história. Ela deve assumir um caráter profético e fazer o mesmo que fizeram os profetas do Antigo Testamento. Aqui encontra-se uma filosofia da história que se poderia explicitar, desde certos pressupostos, iniciada pela tradição judaica e atualizada pela cristã, que a história tem um sentido, ela é a história da salvação; uma perspectiva muito distinta daquele paradigma cosmológico elaborado pelos gregos (LÖWITH, 1991, p. 19).³⁰

30 “Na perspectiva hebraica e cristã da história, o passado é uma promessa para o futuro; conseqüentemente, a interpretação do passado torna-se uma profecia inversa, em que o passado é apresentado como uma ‘preparação’ intencional

No ano anterior à elaboração desse texto, Beato havia escrito um longo artigo sobre os profetas, que foi apresentado na C do Nordeste. Buscava defini-los e situá-los no contexto da história judaica, evidenciando o seu papel em um determinado momento da história deste povo de Israel. Eram homens do seu tempo. Eles procuravam, a partir das condições vividas, falar dos propósitos de Deus para a história. Como homens de ação, assumiam um comportamento político em sua luta pela justiça social. Lembrando do papel desempenhado pelos profetas, diante das circunstâncias que se encontravam, perguntava nosso professor:

Que diriam os profetas em nosso tempo? O que fariam os profetas em nosso tempo? Qual o propósito de Deus para com o povo brasileiro? Que testemunho daremos diante da nossa atual ordem social? Estas e outras perguntas devemos nos fazer seriamente, se é que somos parte de uma igreja, que em Jesus Cristo é herdeira legítima de uma missão profética, para com o mundo contemporâneo. Estas perguntas não podem ter respostas pré-fabricadas, mas constituem o desafio que vamos enfrentar nestes dias, sob a orientação do mesmo Deus, que falou “muitas vezes, e, de muitas maneiras, aos pais, nos profetas” Hb.1:1 (BEATO, 1962, p. 31).

Ainda para o importante evento acima citado, Joaquim Beato preparou um pequeno texto com o título “O Negro na Bíblia”, para ser discutido durante a conferência. Na breve composição, o autor, já naquela época, procurava enfrentar o problema do racismo em nossa sociedade, e em particular, na igreja. Desenvolveu uma

para o futuro. Os filósofos e historiadores gregos estavam convencidos de que o que quer que estivesse para suceder seguiria o mesmo esquema e teria o mesmo caráter de acontecimentos passados e presentes; nunca se entregariam à perspectiva das possibilidades futuras” (LÖWITH, 1991, p. 19).

análise minuciosa sobre a o papel do negro na sociedade judaica e como ele apareceu nas *Sagradas Escrituras*. Com base em seus estudos chegou à conclusão que não seria possível justificativas racistas a partir do Antigo Testamento e nem dentro da tradição do Novo Testamento. Finalizaria sua reflexão com as seguintes palavras:

Do ponto de vista da Bíblia, não há, portanto, por que nós, afrodescendentes, carregarmos nossa negritude como se fosse um fardo, uma humilhação, ideia nefasta essa que o racismo antinegro presente em nossa sociedade insistem em introjetar, desde os nossos primeiros anos de escola, de diversas maneiras, em muitos de nós. A Bíblia reconhece um Deus que inclui no seu projeto de salvação até mesmo “os confins da terra” e os humilhados deste mundo. A Bíblia é testemunho da beleza e da força da mulher negra e do homem negro. Esse reconhecimento e esse testemunho devem constituir um poderoso impulso para nós, negros cristãos, em nossa luta pela igualdade de oportunidade, pela nossa cidadania, pelo pleno reconhecimento de nossa humanidade (BEATO, s.d., p. 5).

Em outro importante artigo, “Sacerdote contra Profetas”, muitos anos depois, em 1984, Joaquim Beato fez uma retrospectiva da igreja presbiteriana em seu processo histórico, e voltaria a fazer referência aos profetas. Destacaria a tensão permanente entre uma posição fundamentalista e uma outra, mais aberta, que levou no percurso a muitas cisões e formação de novas igrejas, inclusive aquela da qual ele faria parte: A Igreja Presbiteriana Unida. Em relação aos profetas e sacerdotes ressaltou, fazendo uso da linguagem sociológica de Bourdieu, pensador com o qual tinha identificação: “os sacerdotes são representantes da tradição, da profecia original já congelada. Os profetas reinterpretem a profecia original desafiando o monopólio do poder religioso e simbólico dos sacerdotes” (BEATO, 1984, p. 28).

Preocupado que era com o seu tempo e os problemas que nele se faziam presente: opressão, racismo, injustiça social etc., Beato procurava abrir caminhos e possibilidades novas a partir do discurso que tinha domínio e interesse. Hoje vemos surgir no interior da reflexão filosófica a discussão de alguns problemas que, em um passado não muito distante, seria impensável, entre eles, a questão racial.³¹ Aqui abre-se um caminho de reflexão a ser explorado, não resta dúvida que o referido docente foi um dos primeiros a problematizar e discutir em nosso estado a questão, além de outras, da injustiça social e dominação humana.

31 Uma preocupação reflexiva que será retomada por sua sobrinha Izaura Márcia Venerano, que em 2003 desenvolveu uma dissertação de mestrado profissionalizante em teologia na Escola Superior de Teologia de São Leopoldo (RS), com o título *Liturgia e Negritude: uma aproximação ao tema na perspectiva da Igreja Unida do Brasil*.

Capítulo 4

Claude Emmanuel Labrunie

Natural do Rio de Janeiro, Claude Emmanuel Labrunie nasceu em 1931. Após os estudos iniciais, fez Bacharelado em Teologia, no Seminário Presbiteriano do Sul (Campinas), e foi aluno de Richard Shaull. Importante estudioso do pensamento teológico latino-americano:

[...] foi Shaull que o ajudou (Labrunie) a manter a fé em Cristo e sua vocação ministerial enquanto frequentava o Seminário de Campinas, especialmente por causa do diálogo aberto e do seu compromisso ecumênico (SANTIAGO-VENDRELL, 2010, p. 50).

Mais tarde, licenciou-se em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei e cursou Direito e Letras na Ufes. Em 1957, casou-se com Clícia Siqueira, filha do conhecido reverendo Cícero Siqueira, que por muitos anos vivera em Alto Jequitibá (MG).³² Neste

32 Conferir Labrunie, C. S. (2009) sobre seu pai, pois ela relatará em entrevista ao *Jornal das Montanhas*: “O meu pai era filho de um carpinteiro e a mãe dele era mestiça, filha de português com índio. Ele nasceu em um lar pobre. Seus pais, ao se converterem ao protestantismo, quiseram que ele estudasse num seminário,

período, Claude Labrunie se encontrava na França, enviou então uma procuração ao seu pai, Jean Labrunie, de nacionalidade francesa, para que assinasse os papéis do casamento no cartório da cidade de Presidente Soares (MG), no dia 5 de agosto. Em seguida, Clícia Siqueira Labrunie viajou para Portugal, país em que o marido a esperava. Em Lisboa, ocorreu a cerimônia religiosa em um seminário presbiteriano.

No ano seguinte, o casal viajou para os Estados Unidos, onde Claude Labrunie iniciou doutorado na Universidade Presbiteriana de Princeton, em Nova Jersey, e sua mulher aproveitaria a oportunidade para fazer um curso de Dramaturgia Religiosa, no Seminário Presbiteriano Unido, em Nova Iorque. Em seguida, o casal voltou ao Brasil, retornando a Princeton em 1964, quando então foi concluído o seu trabalho de doutorado em Filosofia e Teologia (LABRUNIE, C.S.,1978, p. 34). Realizaria também estudos em teologia na Universidade da Basileia, na Suíça, orientado por Georges Casalis. Teve a oportunidade de estudar neste país com André Bieler (1914-2006)³³ e Karl Barth; manteve amizade com Richard

indo estudar no seminário que ficava em Guaranis. Ele teve tudo de graça lá. Meu pai era um grande orador. O meu avô paterno era filho de holandeses; ele era muito louro, com olhos azuis. Ele estudou e foi ser pastor de uma grande igreja em Canhotinhos, e lá nós nascemos. Ele ganhava pouco como pastor, mas como papai era muito bom cidadão, um dia foi convidado para ser advogado de um condenado. Ele se destacou. O juiz gostou e papai começou a ganhar dinheiro com isso, mas minha mãe queria que ele fosse pastor. Ele foi convidado para vir pastorear em Alto Jequitibá, e aceitou. No dia que chegamos aqui tinha uma banda de música na estação nos esperando. Tinham preparado nosso almoço... toda essa festa para o novo pastor”.

33 Conferir Bieler (1970) sobre sua importância como economista e teólogo suíço. Foi professor de ética social em vários países e deixou suas marcas em uma geração de pensadores protestantes. Tinha uma preocupação especial com o Terceiro Mundo; articulando Economia e Teologia buscava refletir sobre a situação social deste continente, era muito próximo de Dom Helder Câmara, chegando a fazer o prefácio de um dos seus livros: *Une politique de l'espérance: de la foi aux combats pour un nouveau monde*.

Neibuhr e Paul Lehman e John MacKay. Sua tese de doutorado teve como título *The Discourse on the Bread of Live as Foudation for Calvin's Eucharistic Doctrine*, defendida em 1966, mesmo ano que foi morar em Vitória (ES) com sua família. Algum tempo depois, passou a trabalhar no Departamento de Filosofia da Ufes, transferindo-se em seguida para o Centro Pedagógico, da mesma universidade, onde atuou na graduação nos cursos de pedagogia e na pós-graduação em Educação de 1982, até final da década seguinte.³⁴ Além de fazer parte da Associação de Estudos e Atividades

34 Participou da banca de mestrado em educação do antigo Centro Pedagógico sendo professor dos seguintes alunos: Maria Lúcia Tedoldi Machado: Avaliação de Aspectos da Orientação Educacional em Escolas de 1º grau - rede oficial da região sul do estado do Espírito Santo - 1982; Delizete Maria Nogueira Gregio: Evasão e Qualidade do Ensino na Zona Rural: o caso de Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo) 1982; Laura Maria Schneider Duarte: Isto não se aprende na escola: educação do povo nas CEBs - 1982; Regina Maria Santos Murad: Um Diagnóstico do Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo - 1983; Terezinha de Jesus Balestrero: A Avaliação da Aprendizagem: repercussão da Lei n. 5.692/71 na Realidade Escolar - 1985; Dulcinea Benedicto Pedrada: Relacionamento Professor-Aluno: implicações para a formação do educador - 1986; Marlene Maria de Oliveira Moraes: Dinâmica e Problemática dos Estágios Supervisionados em orientação educacional da Ufes - 1986; Maria Aparecida D'Avilla Couto e Silva: "A questão das línguas Estrangeiras no Contexto Socioeducacional: uma análise de valor? Objetivo e utilização - 1986; Cleves Emerich dos Santo: "Ensino religioso? Corpo estranho no currículo de 1º e 2º graus - 1986; Hilda Lobo da Silva: Interpretação Qualitativa da Evasão no Contexto Escolar: o caso do centro de estudos supletivos de Vitória - 1987; Selma Blom Margotto: Educação para a Saúde: conteúdo e fontes de influência em comunidade de classe popular - 1987; Katy Amorim Marcondes: Educação e Trabalho — uma abordagem psicossociológica do aparelho escolar — 1987; Rita Elizabeth de Andrade: O Discurso sobre a Competência Profissional Necessária ao Administrador Escolar de 1º grau e/ou 2º Grau na Perspectiva de um Trabalho Coletivo Integrado - 1988; Nilza Eller: Conflitos e Separação dos Pais - consequências para a aprendizagem dos filhos - 1988; Marcelo Barzola Tabraj: Edifício Educacional

Filosóficas (Seaf) desde abril de 1980, era integrante da *National Geographic Society* e do Instituto Superior de Estudo da Religião (Iser-RJ). Ainda atuou como diretor e professor do Seminário Presbiteriano Centenário de Vitória, participou do Conselho Mundial das Igrejas (CMI), Associação Mundial da Igreja Reformada (Amir), Membro do CONIC-Brasil, secretário e um dos fundadores da Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (Aste), participante da Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), além de outras atividades. Participou de tradução de livros de João Calvino, de quem era um estudioso.³⁵

Em 30 de novembro de 2005, o professor Claude Labrunie recebeu do governador, Paulo Hartung, o título de Cidadão Espírito-Santense, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, sob o decreto-lei n. 8.138. Labrunie faleceu dia 30 de setembro de 2017, em Vitória.

O HOMEM E A JUSTIÇA SOCIAL COMO PREOCUPAÇÃO MAIOR

“Claude Labrunie, homem de cultura vasta” é a expressão que tive- mos a oportunidade de ouvir de pessoas que dele estiveram próximas: alunos, professores, autoridades religiosas etc. Embora tenha estu- dado em reconhecidos centros de produção acadêmica em seu pro- cesso formativo, tanto no Brasil como no exterior, não era afeito às elaborações acadêmicas. Sua esposa, escritora reconhecida, procurou motivá-lo a grafar suas ideias, mas talvez a timidez tenha inibido as possibilidades de uma maior produção acadêmica. Aos poucos, pes- soas interessadas em seu trabalho intelectual e legado começaram a

Protestante: Seminário Teológico Presbiteriano do Centenário - 1999. Tam- bém participou de bancas em outros programas de pós-graduação.

35 João Calvino. Textos escolhidos. São Paulo: Pensão Real: 2008. O livro foi editado por Eduardo Galasso, um dos tradutores, juntamente com Claude Emmanuel Labrunie e Maria Antonieta Mota Kanji.

resgatar artigos e textos que ele produziu e publicou em revistas e periódicos. Podemos dizer que na reflexão teológica que realizou e na prática pedagógica que desenvolveu encontra-se implícita, certamente, certos pressupostos filosóficos, que de alguma maneira orientou suas atividades como professor, educador e religioso.

Não resta dúvida que o homem e a sociedade sempre fizeram parte de suas preocupações. Nos seus escritos, as questões éticas ganharam centralidade e os problemas vinculados à justiça entre os homens mereceu uma atenção especial, fato expressado pelo jurista e escritor capixaba, Dr. João Baptista Herkenhoff, seu amigo de trabalho por vários anos da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, em um artigo publicado logo após sua morte. Ressaltou o magistrado (HERKENHOFF, 2017a e 2017b):

O Bispo Dom Luís Gonzaga Fernandes, com apoio do Arcebispo Dom João Baptista da Mota e Albuquerque, criou a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Embora inspirada por bispos, não se tratava de uma instituição católica. A luta pela Justiça é um compromisso de todos os cristãos. Em razão deste caráter ecumênico da CJP (sua sigla de combate), os bispos convidaram três ministros evangélicos para integrar o grupo: Pastor Claude Labrunie, Pastor Jaime Wright e Pastor Joaquim Beato [...]. No diálogo mantido com esse teólogo da Igreja Presbiteriana Unida, observamos a força do verbo buscar no contexto. Buscar a Justiça é muito mais que aplaudir a Justiça. Podemos aplaudir a Justiça, numa atitude de passividade, de mera aceitação. Já buscar a Justiça traduz atividade, ação, abandono da zona de conforto, luta. [...].

Labrunie foi um pensador religioso preocupado com a humanização do homem sempre situado historicamente; não pensado desde uma visão essencialista e abstrata, mas como parte de circunstâncias concretas, inserido na sociedade brasileira perpassada pela exclusão e injustiças sociais. Essa visão fica patente em suas elaborações teológicas

e literárias e na sua ação pastoral. Em 1978, publicou um artigo em que realizou uma análise crítica do conhecido romance *A Selva*, escrito pelo português Ferreira Castro, publicada em 1930.³⁶ No citado artigo, o autor relatou a experiência do escritor lusitano, por ele mesmo descrita em seu livro, com seringueiros no Pará às margens do rio Madeira. Expressou o sofrimento, desamparo e os riscos humanos no interior da floresta; a desumanização, a fome, a exploração humana através do trabalho semiescravo, com o seu neorrealismo. Para Labrunie:

O neorrealismo ou “realismo social”, dedica o melhor de suas atenções ao homem humilde, aos pobres. Revela a dimensão de exploração e espoliação que anda pelo mundo [...]. É o neorrealismo que nos ajuda a compreender que todas as vezes que comemos um bom almoço, consentimos na fome do outro. Somos, nesta atividade, um Juca Tristão. Formamos como ele os familiares da classe cujo bem-estar nutre a indigência daqueles outros que também fazem parte do corpo social. Ferreira de Castro refere-se à indiferença e distância dos que rodam tranquilos sobre pneumáticos de borracha (LABRUNIE, C. S., 1978, p. 38).

Na sua interpretação do romance, com o qual se identificou, revelaria desde o autor lido, a sua própria compreensão do homem. Postularia que o mesmo é sempre um ser situado e datado (LABRUNIE, C. S., 1978, p. 34). Assim sendo, não há como deixar de levar em conta sua historicidade. Por outro lado, afirmaria que ele, o homem, está sempre em relação com o outro e com o mundo; aqui o subjetivo e objetivo se encontraram em interação. Não deixava de assinalar a capacidade que os humanos têm de se

36 Ferreira Castro, um órfão de pai, chegou ao Brasil em 1911, com apenas doze anos; buscava recursos para ajudar seus familiares. Ele era de família pobre e camponesa em Portugal. Retornou para seu país quatro anos depois de sua chegada e se tornaria um importante escritor. Faleceu na cidade do Porto em 1974.

rebelar contra a opressão e as injustiças sofridas, o que é evidenciado no romance pelo negro Tiago, que havia sido espancado e torturado, mas que, superando o medo, encontrou força para reagir. Finalizando o seu artigo, diria ele que, entre as páginas treze e dezesseis, está o que é essencial do livro:

[...] se sobrepõe sempre, no meu espírito, uma causa mais forte, uma razão maior: a humanidade. A razão deste livro. Deste livro, que é um curto capítulo da obra que há de registrar o sofrimento dos humildes através dos séculos, em busca de pão e justiça (LABRUNIE, C. S., 1978, p. 39).³⁷

Para o nosso autor, outra coisa não é, senão o que os gregos intitavam de evangelho, ou seja, boa notícia.³⁸

O problema da injustiça social sempre esteve entre suas preocupações, como já indicamos. Alguns anos antes da publicação acima referida, em 1971, a preocupação com os excluídos havia aparecido em um trabalho que ele teve a oportunidade de apresentar em um encontro sobre educação teológica promovida pela Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (Aste), na cidade de São Paulo.³⁹ Naquele contexto, a palavra “desenvolvimento”

37 Provavelmente estava fazendo referência ao final da apresentação da obra, onde o próprio autor, Ferreira de Castro (1955, p. 28), ressaltava as pretensões do seu trabalho: “Selva, drama dos homens perante as injustiças de outros homens e as violências da natureza, estava destinada a ser, desde o princípio ao fim, para o seu próprio autor, uma pequena história, uma pequena parcela da grande dor humana, dessa dor que nenhum livro consegue dar senão uma pálida sugestão”.

38 O artigo publicado, foi o trabalho anteriormente realizado, para o professor Dr. Guilherme Santos Neves, titular da cadeira de literatura portuguesa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Ufes.

39 Conferir Labrunie, C. E. (1972, p. 19) sobre o trabalho que foi apresentado no ano seguinte pela revista *Simpósio da Artes*. No texto publicado há uma nota de

era mágica, juntamente com “ordem” e “progresso”. Esses conceitos estavam banhados por uma áurea mística, por uma ideologia sedutora que se difundia naquele momento. Todavia, se perguntava ele: crescimento econômico para quem? Por um lado, Labrunie revelava a triste situação dos países subdesenvolvidos, e por outro, a abundância e domínio dos países tidos como desenvolvidos. A questão para ele, naquele momento, não se tratava de uma simples superação do subdesenvolvimento tendo como horizonte e modelo os países desenvolvidos. Em sua percepção, não era um ou outro, mas havia uma interdependência entre eles. Em sua análise, “subdesenvolvimento e desenvolvimento não constituem fases sucessivas de um mesmo processo, são antes aspectos interdependentes da mesma estrutura” (LABRUNIE, C. E., 1972, p. 13). Por milhares de anos o homem viveu de uma forma homogênea nas respostas às suas necessidades básicas. Contudo, com a complexificação das sociedades, ocorreu um fosso entre as condições humanas. O avanço da tecnologia ampliou o poder e controle das comunidades humanas, ficando fora uma justa distribuição do saber e da riqueza produzida.

Essa situação colocava desafios sérios e profundos para o educador cristão, a religião não deveria apenas buscar reformas teológicas e institucionais, mas seria preciso, segundo ele:

rodapé muito pertinente: “O autor declara que para esta reflexão em *Teologia do desenvolvimento*, é diretamente devedor do trabalho do teólogo brasileiro Rubem Alves de Azevedo Alves, intitulado *Theology and liberation of man*, bem como dos demais autores do Simpósio *In search of a theology of development* – publicado por SODEPAX. *Publications Department*, 150 de Ferney, Genebra, Suíça”. Rubem Alves, discípulo rebelde de Richard Shaull, teve uma influência importante nos professores que estamos estudando. Em 1964, Rubem Alves defendeu a dissertação de mestrado com o título *A Theological interpretation of meaning of the revolution*, em Nova Iorque. Depois, em 1969, na Universidade de Princeton, defendeu uma tese que influenciaria esta tradição: *Towards a theology of liberation*.

Operar nada menos do que uma revolução, uma metanoia (que é uma mudança completa da mente), conversão em nós, no nosso programa de vida, em torno de nós e de nossas instituições, cristão ou não, levar a sério para o nível de nossa comunidade cristã, a inadiável consciência e luta para que os mais oprimidos, ser cocriador do mundo implica a descoberta de um novo estilo de vida (LABRUNIE, C. E., 1972, p. 17).

A defesa do homem e da vida o fez viajar para vários encontros. Em 1986 foi representando sua igreja, IPU, em uma consulta Internacional convocada pela Igreja Presbiteriana Americana para discutir a questão do armamento nuclear, que começava a ser uma ameaça para todos. Naquela circunstância histórica, em 1987, dizia Labrunie:

São cinquenta mil as bombas acumuladas no arsenal. Há um crescimento diário de tres a cinco bombas. Para custear despesas fantásticas, a administração Reagan está cortando as verbas da Previdência Social e outros programas de ajuda à pobreza (IMPrensa EVANGÉLICA, 1987, p. 3).

Claude Labrunie sempre esteve preocupado com docência e a formação humana e religiosa, atividade que desenvolveu nas várias instituições em que esteve vinculado. Por outro lado, continuamente, esteve envolvido com as várias ações no âmbito comunitário, pois para ele o fortalecimento da sociedade civil era algo necessário, condição para que os mais sofridos e excluídos da sociedade pudessem ter melhor qualidade de vida. Para isto era necessário uma luta incessante para que a justiça social pudesse reinar entre os homens. Labrunie foi um humanista comprometido com o seu tempo, de alguma forma isto está expresso no que escreveu e tivemos acesso.

Capítulo 5

Admardo Serafim de Oliveira

O professor Admardo Serafim de Oliveira nasceu em 7 de maio de 1946, em São Francisco do Caparaó, lugar pertencente ao município de Alegre. Ali fez os seus primeiros estudos na escola pública do lugar, tendo como professora sua própria mãe, dona Zulmira Louzada de Oliveira. Mais tarde, se dirigiu para Cachoeiro de Itapemirim, onde realizaria seu ginásio no Ateneu Cachoeirense, e, na sequência, o científico em Alegre. Posteriormente, viajou para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar inglês, retornando para o seu estado em 1966 (SANTOS, 2000, p. 301-302). No ano seguinte, foi para Vitória estudar no Seminário Teológico Centenário, onde realizaria parte de sua formação religiosa em 1971, e concluiria seu bacharelado em teologia com um trabalho sobre o teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer, com o qual tinha identificação, no Centro de Estudo Teológico da Fundação Cícero Siqueira. Licenciou-se em Filosofia na Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei, depois fez seu mestrado no conhecido *Union Theological Seminary*, de Nova Iorque, em 1975, com a dissertação intitulada *Christianity and social revolution in the light of*

the Latin American "Theology of Liberation". Em 1978, recebeu grau de Mestre em Arte (Filosofia) da Universidade de Otawa e o grau de licenciado em Filosofia pela *Saint Paulu University*, Otawa.

Ainda no Canadá, desenvolveu seu doutorado, concluindo a tese em 1980, sobre o pensamento de Paulo Freire, trabalho cujo título foi *Conscientização: theory and practice of a liberatian education a philosophical understadig of Paulo Freire's pedagogy*. Além da docência no Departamento de Filosofia, em que entrou em 1972, por muitos anos contribuiu com o antigo Centro Pedagógico, no programa de mestrado em Educação, junto com seu amigo e ex-professor Claude Labrunie. A partir de 1981 passou a integrar a SEAF, no regional do Estado. Por muitos anos exerceu a docência com a disciplina Introdução à Filosofia no Departamento de Filosofia e de Filosofia da Educação no Centro Pedagógico. Também como conhecedor da obra de Paulo Freire contribuiu por vários anos nas atividades de alguns Centros de Educação Popular da Grande Vitória e na formação de professores da Secretaria de Educação do Estado. Em 1996, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo concedeu o título de professor Emérito Póstumo a Admarco Serafim de Oliveira. Em discurso realizado na solenidade, por Samuel Louzada Castro de Oliveira, filho do referido professor, destacamos o trecho a seguir:

Ao semear solidariedade, sempre colheu muitos frutos, ora cruéis e amargos, ora agradáveis e suculentos. Muitas pessoas participaram ativamente dessa sua trajetória e muitos foram os que lhe afetaram, tanto na sua vida pessoal, quando na sua produção acadêmica. Dentre elas, agradecemos a Paulo Freire por ter lhe inspirado para a luta pela coletivização das oportunidades sociais, através do trabalho com a educação; a Rubem Alves, um de seus mestres e também um dos que fecundaram com as sementes da liberdade e da esperança; aos colegas do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, que no momento do seu regresso do Doutorado,

realizado na Universidade de Ottawa, Canadá, assumiram os seus encargos docentes, em solidariedade àquele momento já marcado pela enfermidade (OLIVEIRA, 2000, p. 308).

A EDUCAÇÃO ENQUANTO PREOCUPAÇÃO FILOSÓFICA

Os interesses filosóficos do professor Admardo sempre estiveram voltados para a educação. Essa preocupação encontra-se presente em sua tese de doutorado, sobre Paulo Freire, como já indicamos. Um trabalho pouco conhecido em nosso estado, mas definidor de um caminho investigativo que ele trilhara, até a sua morte prematura, aos cinquenta e três anos de idade. Nessa obra ele não apenas explicitou as categorias-chave da pedagogia do educador pernambucano, mas também identificou os postulados filosóficos com os quais ele procurou pensar a atividade educativa.

Na primeira parte de sua tese realizou uma descrição minuciosa dos vários estágios ou níveis da consciência: a mágica, ingênua e crítica, explicitaria os componentes essenciais de cada uma delas nas suas relações com os múltiplos tipos de sociedade. As sociedades fechadas estariam articuladas ao primeiro tipo de consciência. As sociedades em transição, à segunda; a uma sociedade aberta corresponderia a terceira forma de consciência, ou seja, a crítica:

A verdadeira consciência crítica e o verdadeiro conhecimento crítico permitem que os homens se comprometam com a transformação radical da realidade. Ao mesmo tempo, oferecem aos homens a oportunidade de serem atores na humanização autêntica da sociedade, o que implica um retorno à verdadeira essência da democracia [...], a conquista da consciência crítica e do conhecimento crítico (o ápice de todo o processo de conscientização) deve ser a busca do processo educacional e constitui os fundamentos apropriados para uma pedagogia dos oprimidos em busca da libertação (OLIVEIRA, 1980, p. 87).

Em seu percurso nesse trabalho, no segundo capítulo, ele examinou o problema do processo de conscientização. Procurou evidenciar o fato de que a consciência não se encontrava desligada da realidade, não era possuidora de autonomia absoluta em relação ao mundo que a circundava. Ressaltou que a separação dos termos tem gerado distorção, tanto na compreensão da realidade como da própria consciência. Também buscou salvaguardar em sua análise o elo intrínseco entre teoria e práxis, presentes na pedagogia freiriana (OLIVEIRA, 1980, p. 88-157).

No capítulo seguinte buscou mostrar a centralidade do conceito de diálogo em sua pedagogia explicitando suas categorias essenciais no processo de desenvolvimento da consciência, distinguindo-as da ação antidialógica. No momento ulterior de sua exposição, abordou as consequências no processo educativo dos comportamentos dialógicos e não dialógicos; operando uma distinção entre a ação educativa que primava pela libertação, e aquela voltada para a doutrinação. Foi alicerçado nessa investigação que Freire, no entender do pensador capixaba, estabeleceu os seus conceitos de educação bancária e problematizadora. Concluiria, no quinto e último capítulo, mostrado de forma filosófica, a relação entre o processo de conscientização com o conceito de cultura e ação revolucionária. Foi ressaltado igualmente nessa tese acadêmica as interlocuções que estabeleceu Paulo Freire em sua reflexão que o levaria, de forma implícita, a uma filosofia da libertação. Terminou o seu trabalho nos seguintes termos:

Em síntese, os educadores convencidos de que a verdadeira revolução, a verdadeira conscientização, a verdadeira educação e a verdadeira libertação (que envolve tanto liberdade social e interior) são os que se apoiam totalmente no amor; estando embebecidos e banhados no amor, somente eles podem construir um novo amanhã, sem destruir o ser humano; somente eles, devido à sua confiança e fé no homem, são capazes de participar “da criação de um mundo em que será mais fácil amar” e viver em fraternidade;

somente eles são capazes de conduzir o processo de conscientização como teoria e prática de uma verdadeira educação libertária até seu destino final (OLIVEIRA, 1980, p. 448).

Em elaborações posteriores, Admardo Serafim de Oliveira continuou a explorar os caminhos antes abertos e os temas anteriormente tratados mediante publicações que foram realizadas em vários periódicos. Em 1996, foi editado pela Editora Universitária Edufes, por ocasião do I Simpósio Paulo Freire, em que o reconhecido mestre se fez presente, o livro intitulado *Educação, redes que capturam caminhos que se abrem*. O citado livro é constituído de alguns artigos que o autor publicou ao longo de vários anos em diversas revistas do país. É importante salientar ainda que o discípulo de Paulo Freire teve um papel importante na organização do livro *Introdução à Filosofia*, publicado em 1985, pela editora Loyola. Na aludida obra o nosso autor contribuiu com textos de antropologia filosófica (OLIVEIRA, 1985, p. 99-139), filosofia e educação (p. 67-72), cristianismo e civilização tecnológica (p. 176-201).

Encontramos ainda no mesmo livro um outro texto, dedicado à Filosofia da Educação, em que encontramos a transcrição de um diálogo que ele realizou com Paulo Freire na Universidade de Michigan (EUA), em 1979, onde discutiram aspectos do pensamento pedagógico do educador pernambucano. Na introdução ao debate transcrito, o professor Admardo disse, em relação à obra de Freire:

Seus esforços são exatamente mostrar como uma teoria da educação poder ser derivada e engajada com a realidade. Mas, ao contrário de muitos pedagogos, educadores e filósofos da educação, não formula uma teoria educacional para ser ouvida e praticada por outros. Sua teoria educacional é, na verdade, o resultado de sua própria atividade prática. Em sua filosofia da educação a inerente integração dialética entre teoria e prática é perfeitamente realizada. Uma não pode ser compreendida sem a outra (OLIVEIRA, 1985, p. 71).

Além de educador, Admardo tinha formação teológica e estava inteirado das novidades no domínio deste saber. Um dos movimentos importantes na América Latina neste contexto histórico era o da Teologia da Libertação; de alguma forma ele foi formado dentro dos horizontes desta tradição. Podemos dizer que no interior do protestantismo havia uma vertente muito própria deste movimento; Rubem Alves, que foi pastor presbiteriano e aluno de Richard Shaull, foi um sistematizador desta linha de reflexão entre os protestantes, e deixou também suas influências no pensador espírito-santense. O título de sua tese de doutorado, em Princeton, foi justamente teologia da libertação, desenvolvendo-a sob uma perspectiva culturalista. É bom ressaltar também que Paulo Freire foi amigo de Rubem Alves, e com ele trabalhou da Universidade de Campinas, após seu retorno do exílio. Ele contribuiu com os teólogos da libertação desde uma atividade interdisciplinar dos saberes — tanto teólogos protestantes como católicos reconhecem essa sua colaboração. No debate que citamos anteriormente entre Admardo e Paulo Freire este tema foi tratado. O pedagogo nordestino ressaltou essa relação da teologia da libertação com a história das comunidades exploradas na busca de superação da opressão. Na sequência disse Oliveira:

Daí a minha profunda admiração por esta teologia [...], esta é a escatologia que eu abraço como autêntica, isto é, uma escatologia dentro da história. Tenho dificuldade de aceitar a ideia de uma escatologia totalmente “realizada”, ou de uma escatologia “consequente” em vias de realizar em um futuro distante ou, muito menos aquela escatologia “popular” onde, como num conto de fada, Cristo virá, criaremos asas e iremos todos como bons anjinhos encontrar com ele nos ares para habitarmos um novo Éden. Mas é esta escatologia em desenvolvimento, em processo, engajada na história e que acontece toda vez em que a luta pela libertação do oprimido se realiza que aceito e vejo como válida. E no

nosso continente, fugir desta luta é tornar-se herético mesmo que se leve o rótulo de “cristão” (OLIVEIRA, 1985, p. 97).

O trabalho de Admardo foi encerrado com seu falecimento em 1995, após vários anos enfermo. Um de seus amigos, Rubem Alves, de forma generosa e solidária, veio a Vitória fazer uma palestra no Colégio do Carmo com vistas a sensibilizar as pessoas para ajudar o amigo em seu tratamento, que era caríssimo na época. Um dos importantes livros sobre Paulo Freire, organizado pelo filósofo Moacir Gadotti, com o título *Paulo Freire, uma bibliografia*, publicado em 1996, com a contribuição dos mais importantes estudiosos de Freire, foi dedicado ao pensador capixaba, com as honrosas palavras:

Paulo Freire marcou a vida de muitas pessoas. Uma delas foi Admardo Serafim de Oliveira, incentivador desta obra, que depois de um longo período enfermo, deixou-nos em outubro de 1995. Alentado pelo sonho possível de uma nova sociedade, Admardo amou intensamente a vida, aprendendo também com a academia, mas também com as pessoas mais simples com quem conviveu — e tão bem soube valorizar —, o significado da sabedoria. Sua prática educativa influenciou a formação de inúmeros educadores, que hoje dão continuidade à sua luta, embalados pelo mesmo sonho. Ao grande educador que foi Admardo, o Instituto Paulo Freire dedica esta obra (GADOTTI *et al.*, 1996, p. 4).

Como reconhecimento do seu trabalho educativo, a prefeitura de Vitória inaugurou, dia 24 de abril de 2011, a Escola Municipal de Jovens e Adultos Dr. Admardo Serafim de Oliveira, em Jardim da Penha. Também gostaríamos de destacar que além de professor de Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo, ele contribuiu com o Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória, no momento inicial de criação do curso de Filosofia, naquela instituição.

Capítulo 6

Anacleto Rodrigues da Silva

Anacleto Rodrigues da Silva nasceu em Mundo Novo (Bahia), em 13 de julho de 1946. Filho de família humilde, dedicada à agricultura que, como muitos outros, em função da seca, foram obrigadas a percorrer lugares diferentes na busca por sobrevivência. Foi educado pela mãe, pois seu pai falecera quando ele tinha apenas três anos de idade. Por volta de 1952, sua genitora, que era católica, juntamente com a família, começa a participar da Igreja Presbiteriana; fato importante que definiria a sua trajetória de vida. Depois de participar da Escola Dominical da sua igreja, com dezesseis anos, já morando em Itapeitinga (BA), sentiu o desejo de se tornar pastor.

Em 1965 realizou o científico em Salvador, como parte da preparação para os estudos teológicos, no Colégio Dois de Julho. Neste período participou das tarefas pastorais da sua igreja e, aos poucos, se integrou e passou a atuar nas atividades políticas dos secundaristas na capital baiana. Completados os estudos, foi encaminhado pelas autoridades religiosas para o Seminário Centenário de Vitória, para iniciar os estudos teológicos, onde permaneceria por um curto

espaço de tempo em função do fechamento do Seminário. Deu continuidade à sua formação teológica no conhecido Seminário do Norte, em Recife, mas novamente, em decorrência de problemas internos da instituição religiosa, teve de se retirar retornando à Vitória (ES), onde conclui o seu curso teológico em 1971, no Centro de Estudos Teológicos (Cet) sob direção do Rev. Claude Emanuel Labrunie.

Dois anos depois, Silva graduou-se em Filosofia em São João del-Rei, através do processo de convalidação de estudos realizados antes. Também, por iniciativa própria, fez a graduação em Letras, começando em Vitória e concluindo em Cachoeiro de Itapemirim, em 1977. Após trabalhar em várias escolas públicas e particulares, ingressou, em 1982, na Universidade Federal do Espírito Santo como professor de Filosofia. Teve a oportunidade, nos anos de 1987 e 1988, de realizar o mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, elaborando uma dissertação, bastante elogiada pela banca, sobre a obra *A Metáfora Viva*, do filósofo francês Paul Ricoeur. Neste período, frequentou a igreja presbiteriana de Belo Horizonte, e no retorno passou a frequentar a Igreja Presbiteriana de Jardim da Penha, e manteve diálogo permanente com o Rev. Átila José dos Santos, ex-professor da Faculdade de Educação da Ufes, que faleceu em Vitória em 9 de maio de 2016. Por muitos anos ele atuou como pastor na Igreja Presbiteriana Unida de Maruípe (Vitória). Em termos de ensino, além de lecionar Introdução à Filosofia, trabalhou com Filosofia da Linguagem, Filosofia no Brasil e Filosofia da Libertação, essas três últimas no curso de Filosofia.

A LINGUAGEM COMO PROBLEMA FILOSÓFICO

Em decorrência de sua formação acadêmica em duas áreas distintas do saber, Filosofia e Letras, se interessou pela linguagem sob uma perspectiva filosófica. Parte da sua produção acadêmica ocorreu tendo em vista essa aproximação entre os dois âmbitos de conhecimento. É com base nesse propósito que podemos entender o seu interesse

em estudar Paul Ricoeur, dedicando-se à análise de sua obra, *A metáfora viva*, em sua dissertação de mestrado, defendida em 1990, com o título *Uma Estética da Linguagem*. Leitura de *A metáfora Viva* de Paul Ricoeur; na Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como orientador o professor doutor Sebastião Trogo.

A aproximação com Paul Ricoeur, contudo, não se deu apenas em função das afinidades com a Literatura, mas acreditamos que ela ocorreu também a partir da identificação com a própria Filosofia da Libertação. Anacleto foi um dos divulgadores da filosofia latino-americana, particularmente do pensamento de Enrique Dussel. Como sabemos, esse filósofo argentino contou, na formulação de sua filosofia, com a contribuição de Paul Ricoeur⁴⁰ na construção de sua ética libertária, que, de alguma forma, abriria um caminho de investigação para o jovem professor do Departamento de Filosofia da Ufes.

Em seu estudo sobre o autor francês nos dirá Silva que a obra, como produção humana, sempre se dirige ao mundo que é vivenciado pelo homem e recriado em seus significados. Portanto, ela é produtora de múltiplos sentidos em sua relação com o mundo em um processo de contextualização e descontextualização. Em seu entender, ela a obra é reveladora do mundo, uma vez produzido ganha autonomia em relação a quem a produziu. O leitor, tendo como base as suas vivências e experiências, realiza uma recontextualização do texto de que se aproxima, podendo realizar várias leituras e interpretações possíveis. A metáfora é situada, então, como constituinte de sentidos e referências.

Silva, em sua interpretação de Paul Ricoeur, expõe duas formas de tratar a referência metafórica da obra: uma que se articula a uma

40 Em seu livro, *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão do pensador de Mendoza*, faz um breve relato das obras de Paul Ricoeur, de quem foi aluno, explicitando significados desta para a construção de sua filosofia. Conferir DUSSEL (1995, p. 7-13).

cadeia de palavras e frases separadas dentro de uma rede de metáforas, em que interpreta a metáfora como um modelo teórico com a pretensão de buscar os movimentos das palavras, através do que se passa do conhecido ao desconhecido da realidade, instaurando novos aspectos do real. São colocados como paradigma, os mitos reveladores do trágico, muito próprio de toda linguagem poética, como também dos poemas trágicos que encontramos na Grécia antiga:

A metáfora entendida como linguagem da descoberta é muito afim da tragédia grega, em cuja linguagem ocorre a metamorfose da realidade. Essa afinidade pode ser identificada na própria constituição do poema trágico. Neste tipo de poema, a metáfora pertence a um grupo de procedimentos discursivo usando palavras incomuns, forjando palavras novas, abreviando ou ampliando outras. Esse grupo de procedimento discursivo (LEXIS) está essencialmente conectado com outra parte muito importante do poema trágico, que é aquela que garante o sentido — a fábula (MYTHOS) (SILVA, 1990, p. 20).

No percurso reflexivo, Silva busca evidenciar o caráter ontológico da significação, desde uma trajetória que caminha da multiplicidade dos signos para a totalidade obscura plena de sentido, indo na direção que transcende as pretensões de literalidade, em que o real se manifesta em suas amplas possibilidades.

No último momento de sua leitura de Paul Ricoeur, Silva procura explicitar um dos conceitos fundamentais: a metáfora de tensão, em seu caráter ontológico. Ela não apenas orienta para o ser, mas coloca em pauta o próprio ser, que nela encontra uma forma de expressão necessária para o homem em função dos limites da linguagem comum. A metáfora de tensão emerge por entre o sintagma e o simbólico. É desde esta tensão que o metafórico aparece como presença, e depois na relação entre metáfora e símbolo, em que se pode detectar a experiência do sagrado e do imaginário, ou de uma realidade pré-verbal. Decorre daí uma tensão, a contradição entre o significado possível de

explicitação e o que não se pode falar. “Essa contradição faz com que a metáfora se comunique com a realidade em nível diferente do discurso ordinário. Esse jogo entre o verbal e não-verbal significa que a metáfora aproxima, revela o outro” (SILVA, 1990, p. 23).

O pré-verbal coloca a necessidade com o discurso, com a linguagem. Assim o não sentido passa para o sentido. Aqui se situa a metáfora da tensão, em que o que é e o que não é, se entrelaçam. A esta altura de sua reflexão, Silva coloca a questão da verdade metafórica, em que o sentimento inicial e originário se move na direção do ontológico. A metáfora entre o que é e o possível ganha força e traz a vida, revelando algo de primordial e originário: o que escapa à linguagem ordinária dos símbolos fixados e cristalizados, promovendo novos sentidos sob a ação da imaginação criadora. Este, por sua vez, encontra-se nas origens do discurso filosófico, de um acontecimento que lhe abre caminho. A metáfora tem situação privilegiada no interior da linguagem, “pertencendo à linguagem poética, mas ao mesmo tempo situando-se no limiar do discurso filosófico, o enunciado metafórico denuncia uma ontologia implícita e sugere uma ontologia explícita” (SILVA, 1990, p. 28).

Após a elaboração desta investigação, ainda não publicada, Silva buscava, no artigo *Linguagem e Realidade*, tornar conhecidas algumas das ideias centrais de sua dissertação de mestrado. Nela, revelou o empenho de Paul Ricoeur, após um longo diálogo com vários pensadores como Aristóteles, Fontanier, Beardsley e Benevides, desenvolver sua teoria sobre a metáfora de enunciado ou de tensão, em que procurou criar uma variação nova em tudo que havia sido dito sobre a metáfora: acrescentando uma teoria do discurso e uma teoria da palavra (SILVA, 1995, p. 7), Silva esforçaria por explicitar esta contribuição de Paul Ricoeur, seguindo em sua reflexão os oito estudos, na ordem sequencial, feitos em *Metáfora Viva*.

Não poderíamos deixar de fora destas breves considerações sobre o professor Anacleto Rodrigues da Silva, a sua contribuição para o Ensino Médio capixaba. Ele não apenas acompanhou o

projeto de implantação da Filosofia no Ensino Médio, a partir de 1985, assessorando, avaliando, divulgando, como também produziu subsídios ou textos didáticos para os professores que trabalhavam com a Filosofia. Na coletânea de textos didáticos produzida para auxiliar o trabalho dos docentes do Ensino Médio, publicada pela Secretaria da Educação do Espírito Santo, vamos encontrar dois textos do referido docente. Elaborou um primeiro texto sobre a arte, onde falou do significado da arte para a vida humana: no sentir, pensar e agir. Também evidenciaria, nesta elaboração, as várias concepções de arte que foram sendo formuladas ao longo da história pelos diversos filósofos: Platão, Agostinho, Hegel e Marx. Finalizou seu artigo tecendo considerações sobre arte como criação humana, desde uma interlocução com Mário de Andrade, Adolfo Sanchez Vásquez e Jorge Coli.

No segundo texto, na mesma coletânea, escrito em parceria com o professor Antônio Vidal Nunes, que no momento da publicação, 1988, lecionava no Ensino Médio, intitulado *Conversando sobre Utopia*, procurou mostrar que o homem é um ser de sonhos. São eles que levam o homem a olhar sempre um pouco mais longe da realidade dada, descortinar novas possibilidades para suas vidas e seus mundos:

O homem não é um ser pronto, acabado. Ele, na sua insatisfação, aspira a perfeição. É justamente nas nossas imperfeições e carências que encontramos as raízes dos nossos sonhos. A exemplo do homem, o mundo também não está pronto. Podemos mudá-lo e transformá-lo. Tudo é passível de mudança. A sociedade, os comportamentos. O mundo é um devir, um vir-a-ser constante. O que existe poderá deixar de existir, e o que não existe poderá existir (SILVA; NUNES, 1988, p. 43).

Ainda em um artigo, publicado em 1987, Silva ressaltou que a Filosofia esteve em sala de aula desde o período colonial, a partir de

perspectivas distintas, até sua exclusão do currículo, em 1971, com a Lei n. 5.691. Na década de 1980, iniciou-se um movimento reivindicando o retorno da Filosofia ao Ensino Médio que se estenderia por todo o Brasil, a partir de iniciativa de várias entidades e departamentos de Filosofia. Nessa oportunidade, ele destacou a importância de definir, de forma clara, qual filosofia se pretende, a sua atividade dentro de um contexto interdisciplinar e suas articulações em nível mais amplo da sociedade e da vida humana. Assim, ela poderia ajudar o educando a pensar sua existência dentro de horizontes mais amplos, transcendendo os limites de uma visão imediata e de senso comum, contribuindo também para as transformações necessárias da sociedade. Com base em sua experiência de acompanhamento da inclusão da Filosofia nas redes estaduais de educação, defendeu que ela não deveria ficar restrita somente às salas de aula, mas promover espaços de encontro e reflexão que envolvesse outros tipos de atividades coletivas (SILVA, 1997).

No jornal *A Tribuna*, de 2001, fez uma defesa à Filosofia em artigo intitulado *Filosofia no Ensino Fundamental*, que começa com a pergunta: “Por que Filosofia no Ensino Fundamental?” A questão é respondida a partir dos documentos oficiais existentes e na própria Filosofia. Segundo ele, a Filosofia deveria contribuir para aprimorar a sensibilidade, a promoção do diálogo mútuo, a justiça, o diálogo, a solidariedade e o exercício da cidadania. Por outro lado, chamaria a atenção do aspecto epistemológico que envolve o saber humano. Postulou a necessidade de um ensino interdisciplinar que valorizasse a construção coletiva do conhecimento. Finalizou sua exposição nos seguintes termos:

O posicionamento ético-crítico ajudaria a criança a construir sua participação na escola, na família, enfim, na vida social, passando de um consumidor do saber instituído a agente participante de uma coletividade que se esforça para obter o conhecimento teórico-prático, que implica não somente utilizar a tradição, mas também criar

— inventar – descobrir — ressignificar — transcender, a partir do seu ambiente histórico-cultural, dirigindo-se aos grandes problemas da humanidade. Isto implica também refletir sobre o pensamento brasileiro e latino-americano (SILVA, 2001).

Anacleto Rodrigues da Silva dedicou-se de forma integral aos trabalhos de acompanhamento do ensino de Filosofia no nível médio através de convênios assinados entre a Ufes e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Também esteve empenhado em fazer constar na grade curricular do curso de Filosofia da Ufes, disciplinas sobre a Filosofia no Brasil e na América Latina. De alguma forma, aqui estão as marcas de sua formação presbiteriana, sempre preocupada com o contexto, com a realidade que o cercava e com a reflexão que sobre ela se podia realizar, não apenas teológica, mas também filosófica.

Capítulo 7

Rubens Duarte de Albuquerque

A docência do professor Rubens Duarte de Albuquerque no Departamento de Filosofia ocorreu no período de 1979 a 1991. Natural de Maceió, estado de Alagoas, nascido em 11 de março de 1924, veio para o Espírito Santo com apenas três anos de idade, filho de Espiridião Duarte Albuquerque (protestante) e de Ursula Duarte Marinho (católica). Seu pai era médico e farmacêutico, com ele aprendeu o que era solidariedade humana, pois sempre estava ajudando os mais necessitados. Com sua mãe aprendeu o que era a arte do diálogo e da compreensão. Nunca bateu em nenhum dos filhos, e sempre que havia alguma situação difícil, ela procurava conversar e ajudar os filhos na superação das dificuldades. Os pais, embora de tradições religiosas diferentes, deixaram para os filhos a escolha da igreja a seguir. Os filhos, depois dos oito anos, optaram por participar da Igreja Presbiteriana, o que foi respeitado pelos pais. Sua mãe, com o tempo, passou a frequentar a mesma igreja que o restante da família: a primeira Igreja Presbiteriana, na rua Sete de Setembro, centro de Vitória, cidade em que realizaria os seus estudos iniciais. Depois,

fez o seu bacharelado em Teologia, na cidade Campinas (SP), concluído em dezembro de 1951, com diploma expedido pela Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana do Brasil. Posteriormente, obteve da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, a licenciatura em história, em 1969, sendo a colação de grau em 21 de dezembro de 1969, contudo, seu diploma foi assinado apenas em 25 de abril de 1973. Durante os anos que esteve atuando como docente, dedicou-se, sobretudo, ao ensino de Filosofia, no Ciclo Básico⁴¹ para os vários cursos oferecidos. A sua aposentadoria da Universidade Federal do Espírito Santo foi concedida pela Portaria n. 330, de 26 de março de 1991, assinada pelo vice-reitor em exercício, Carlos Coutinho Batalha, sendo chefe do Departamento de Filosofia nesta oportunidade o professor Sérgio Schweder.

Durante o período que esteve presente, integrando os quadros de professores de Filosofia da Ufes, o professor Rubens Duarte de Albuquerque dedicou-se integralmente ao ensino de Filosofia, lecionando Introdução à Filosofia para os alunos dos mais variados cursos da Ufes. O professor Albuquerque não deixou trabalhos acadêmicos de cunho filosófico, não tinha preocupações acadêmicas investigativas, era um homem prático, voltado para os problemas imediatos da comunidade, sempre esteve preocupado com o homem em seu sofrimento e miséria social. As possibilidades de mudanças sociais que pudessem favorecer a vida dos oprimidos e excluídos sempre foi uma preocupação. Sempre esteve identificado com uma linha teológica comprometida e ecumênica na linha reflexiva que aprendeu no Seminário de Campinas, da Igreja Presbiteriana Unida, da qual participou até sua morte, e dos amigos com os quais conviveu no Estado do Espírito Santo.

41 O Ciclo Básico era constituído de disciplinas oferecidas aos alunos no primeiro período de estudo, em preparação aos cursos que eles realizariam. Entre essas disciplinas tínhamos Filosofia, Sociologia, Letras Portuguesas, Psicologia, Antropologia etc.

Rubens Albuquerque veio a falecer na cidade de Vitória, em decorrência de um infarto fulminante, pouco tempo depois de aposentado. Em Vitória, encontramos, em reconhecimento ao seu trabalho junto às comunidades da cidade, uma escola de ensino fundamental leva o seu nome: Centro Municipal de Ensino Infantil Rubens Duarte de Albuquerque, situada no bairro Itararé, criada em 1993, quando Paulo Hartung era prefeito do município.

Capítulo 8

João Pedro de Aguiar

João Pedro de Aguiar nasceu em 11 de fevereiro de 1944, natural de Itaperuna (RJ), lugar onde realizou seus estudos iniciais, uma vez concluídos, transferiu-se para Vitória, onde cursaria o bacharelado em Teologia no Seminário Presbiteriano Centenário, finalizando-o em 1967. Dois anos depois, desenvolveu atividades (ensino e cursos) no município de Colatina, e adjacências, até 1974, período em que foi docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina. Durante o tempo em que residiu no norte do estado, concluiu sua licenciatura em Filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rei (MG), em 1972. Por muitos anos atuou como pastor da Igreja Presbiteriana de Pancas, em Colatina, no bairro de São Silvano.

O professor João Pedro foi contratado em maio de 1977 para exercer docência em Filosofia no Departamento de Ciências Sociais e Psicologia da Ufes. No ano seguinte, em novembro de 1978, foi liberado pelo seu departamento para realizar o curso de mestrado na Ufmg. Uma vez obtida permissão para iniciar os estudos, fez opção de ir para a Universidade Católica de São Paulo, onde também tinha sido aceito pelo Programa de Pós-Graduação, conseguindo uma bolsa

de estudos da *Ecumenical Scholarships Programme*, vinculada ao Conselho Mundial das Igrejas.

Desenvolveu suas atividades acadêmicas orientado pelo professor Dr. José Arthur Gianotti e Dr. Bento Prado Jr., sendo depois acompanhado pelo dr. Rubem Alves que, naquele momento, estava vinculado à Universidade Estadual de Campinas. Em março de 1982, reassumiu as suas atividades no Departamento de Filosofia, não conseguindo concluir sua pesquisa no tempo estabelecido.

João Pedro de Aguiar participou ativamente da vida política em seu estado. Chegou a ser vereador na cidade de Vitória por dois mandatos. Sempre esteve envolvido com as entidades populares e movimentos comunitários de sua região, onde prestou várias contribuições aos Centros de Educação Popular existentes na Grande Vitória: a educação, além da política, sempre foi um dos seus temas favoritos.

Aguiar faleceu em 1998, após longo período de tratamento de um câncer. Rubem Alves, que era seu amigo e admirador e ex-aluno, chegou a escrever sobre ele na *Revista Sofia*, do Departamento de Filosofia da Ufes, logo após a sua morte:

Eu sempre tive uma pitada de inveja de você. Você era mais jovem e havia um traço de arrogância no seu perfil. Eu imaginava que a vida lhe havia sido mais generosa, foi então que recebi aquela carta sua — única. Ninguém jamais me escreve para falar sobre o assunto, a própria morte [...]. A morte é o horizonte permanente da teologia e da poesia [...]. Você me escreveu revelando-me que seus diálogos com sua morte haviam começado: ele já havia enviado seus mensagens e respectivo cronograma. Agora a contagem está chegando ao fim. Ao ouvir sua voz assim tão fraca senti a vontade de pegá-lo ao colo, como se fosse uma criança pequena, filho meu. Todos os que estão morrendo se transformam em crianças pequenas. Eu não tive nem palavras de consolo e nem de esperança para lhe dizer. Deveria ter tido coragem para dizer que, quando você morresse, eu iria chorar, que o mundo ficaria mais triste e que eu iria plantar

uma árvore lá dentro da cratera no vulcão, em Pocinhos, ao lado da árvore do Elias Abraão, do Quiña, da minha e da árvore de outros amigos queridos. Eu poderia perguntar sobre a árvore que você ama. Mas a voz estava fraca e eu não tive coragem. Disse-lhe apenas que eu o amava e que mesmo longe o abraçava (ALVES, 1989, p. 10).

A FILOSOFIA POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O professor João Pedro de Aguiar destacou-se pela sua reflexão e ação política; sua atividade esteve sempre embasada em justificativas teóricas que ele foi elaborando a partir de múltiplas interlocuções no âmbito da filosofia política, pelas sendas abertas pelos ideais político-teológicos que orientou o grupo de religiosos de que fazia parte e pelo que foi influenciado. Sua atividade política e social encontrava-se fundamentada em uma filosofia política, em que o conceito de dialética jogava um papel fundamental. Embora sua produção acadêmica tenha sido pouca, dialogou com pensadores importantes da época. Tinha interesse por alguns filósofos dos clássicos, sobretudo, Marx, Gramsci e Maquiavel, bem como alguns autores pátrios, entre eles, Rubem Alves e José Arthur Gianotti, dos quais, como já disse, foi aluno. As suas identificações filosóficas podem ser encontradas em projetos, relatórios e poucos textos por ele elaborados. Um de seus escritos encontra-se na *Revista de Cultura da Ufes*, de 1985, intitulado “A relação entre a classe revolucionária – partido ou massa – a partir da leitura de *O Príncipe*, de Maquiavel”.

Na referida elaboração, realizada no âmbito da filosofia política e, portanto, do poder e seu exercício, estabeleceu uma crítica ao filósofo francês Claude Lefort, então professor da Universidade de São Paulo, em sua interpretação do pensamento de Antonio Gramsci, sobretudo nas posições assumidas por este na discussão em torno da relação entre partido e massa. Defenderia Lefort, em sua análise, o caráter autoritário do partido político, sendo uma crítica desqualificadora da ação do partido. Aguiar se opunha, desenvolvendo uma leitura crítica do

pensador francês, se apoiando em uma nova interpretação do conceito de realismo político, que este toma de Maquiavel, filósofo que também foi muito importante nos estudos realizados por Gramsci.

Aguiar, em consonância com Gramsci, que defende um papel significativo para os partidos nas lutas populares, advogou a disjunção entre massa e partido. Em seguida, indicou os limites e deficiências, que julgou encontrar, na própria reflexão de Lefort, e de sua visão internalista, estrutural e fenomenológica. Postulava Aguiar que o filósofo francês deixava escapar o contexto histórico que moveu o pensador italiano, não considerando a obra por ele produzida em seu conjunto, condições essenciais para uma compreensão adequada do seu pensamento e proposta (AGUIAR, 1985, p. 10-11). Para João Pedro de Aguiar não há a dissociação defendida pelo filósofo francês entre partido e massa:

O problema da dissociação entre partido e massa é rechaçada por Gramsci em situações concretas e historicamente definidas. Na carta a Toglliatti (1926), Gramsci insiste no caráter de massa do partido e critica o centralismo burocrático em favor de um centralismo democrático que garanta a ligação entre a direção política e a base. Gramsci não aprova o método centralista do PSCUS, que dão suporte a ação de Stalin contras as minorias, eliminando as vozes discordantes [...]. “A vontade coletiva” é uma vontade geral, já existente, para a qual deve simplesmente voltar. Ela é muito mais um instrumento de libertação: a concentração de vontade, o seu disciplinar-se é elemento que leva à transição, alavanca que levantará “a sociedade regularizada” que poderá alterar a tensão, atenuar a dureza (AGUIAR, 1985, p. 15).

Aguiar sustenta uma relação intrínseca entre o partido e o proletariado: segundo sua visão, o partido deve nascer, crescer e se desenvolver na sua articulação com as massas, enquanto intelecto coletivo, tem a função de contribuir para o crescimento da tomada de

consciência da população desde as contradições existentes na sociedade. A consciência não surge de forma natural e espontaneísta, mas é decorrência de um processo educativo e reflexivo. É como parte desta ação que surge uma vontade coletiva de interesse e de destino. Partido e massas se educam reciprocamente, não se trata de algo dado, mas constantemente construído no processo histórico. Como militante político, particularmente na condição de vereador da Câmara Municipal de Vitória, foi o que procurou realizar.

João Pedro de Aguiar, era uma pessoa comprometida com o seu tempo. Em sua prática docente ou política visava fortalecer a sociedade civil, pois sabia das suas deficiências históricas em termos de uma cultura de participação popular no Brasil:

A ausência de efetiva participação da sociedade civil nas decisões políticas torna nossa democracia frágil e lacunar. A ausência de informação, de discussão e de participação da sociedade abre espaço para a demagogia, para o favorecimento pessoal ou de grupos, e, não em poucos casos, para a corrupção. Os “representantes do povo” sempre podem confundir o público e o privado, e até mesmo se atribuir o privilégio acima dos comuns mortais ou atender a interesses econômicos privados, distante dos interesses públicos (AGUIAR, 1988, p. 1).

Para Aguiar, abrir caminhos para a participação democrática em nossa sociedade era essencial. Pensar e participar, filosofia e democracia, era uma contribuição que havia sido iniciada com os gregos a ser resgatada, desde uma atualização necessária aos novos momentos históricos. Uma nova cultura política, como participação popular presente em todas as esferas do poder, foi o que ele procurou realizar enquanto filósofo, político e educador. Diria ele:

É importante ressaltar que a filosofia e a ação instituinte da polis são riquezas da construção política de uma forma de vida sempre

presente nos momentos históricos de transformação e de busca de uma nova sociedade (AGUIAR, 1988, p. 3).

O professor Edebrando Cavaliere, um de seus amigos de magistério, analisou um texto em que Aguiar escreveu sobre a lei orgânica do município que pretendia alterar, liberando a construção de enormes prédios. Aguiar questionou esta iniciativa, mobilizando as comunidades, que o acompanhou nessa luta. Ele escreveu sobre a importância participativa do cidadão na vida da cidade:

O exercício da cidadania se dá com práticas semelhantes a essa, e se amplia com o acompanhamento dos legislativos, após os pleitos eleitorais, com consequente informação à sociedade dos projetos que nestes espaços são votados. João Pedro tinha tudo isso bem claro, o que enobrecer e enriquecer a sociedade capixaba, pela qual dedicou a maior parte de sua vida. Os espaços públicos por ele ocupados sempre foram permeados pelo interesse realmente público. Nunca ninguém poderá dizer que ele usou destes espaços para interesses particulares ou privados; muitas vezes, ao contrário, os ocupou em prejuízo dos interesses particulares, pois não media tempo ou disponibilidade pessoal para o trabalho como os outros (CAVALIERE, 1998, p. 6).

Ainda sobre sua atuação junto à comunidade em sua luta por uma educação de qualidade, encontramos uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, elaborada por Douglas Christian Ferrari de Melo. Segundo o autor:

Com uma atuação ética-responsável, quase inquestionável, o vereador João Pedro de Aguiar pautou sua atuação política pela luta por uma educação de qualidade e democrática. Em seus arquivos pessoais encontramos inúmeros textos e anotações que subsidiavam seus projetos de lei e pronunciamentos. Estes

últimos apontam para questões como a falta de condições físicas, a falta de professores nas escolas, a discussão ampla do currículo, críticas à política educacional da administração municipal, a promoção da participação popular e da gestão democrática e principalmente o chamamento à responsabilidade e atenção dos vereadores para o tema. Destacou-se na presidência da Comissão de Educação e na apresentação de projetos de qualidade sobre as questões da educação (MELO, 2007, p. 158).

Em relação à contribuição, tanto em termos de ação política como de pensamento, ainda é uma tarefa a ser realizada. É preciso um trabalho de busca dos seus escritos e documentos que possam melhor evidenciar o seu pensamento político e o alcance de sua militância comunitária.

Capítulo 9

Cleves Emerich dos Santos

O professor Cleves Emerich dos Santos passou a integrar o Departamento de Filosofia e Psicologia através da Decisão n. 15, de 1981, do Conselho de Ensino e Pesquisa, assinado pelo Reitor Rômulo Augusto Penina. Até então, Santos integrava o Departamento de Geociência, também vinculado ao Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Santos nasceu em Caparaó (MG), no dia 26 de dezembro de 1940, filho de João Fernandes dos Santos e Clara Emerich dos Santos. Após os estudos iniciais na sua região viajou para Vitória para realizar o bacharelado em Teologia, no Seminário Presbiteriano do Centenário, concluído em 1968. Dez anos depois, licenciou-se em Pedagogia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. Anteriormente, em 1975, havia feito, na mesma Faculdade, licenciatura para o primeiro ciclo em Ciências e licenciatura em Filosofia. Teria a oportunidade de realizar, em 1979, uma pós-graduação *lato sensu* em Estudos Brasileiros. Concluiu em 1986 o seu mestrado na área de concentração: Sistema Educacional, com

a dissertação intitulada *Ensino Religioso, Corpo Estranho no Currículo do 1º e 2º Grau*, realizada na Faculdade de Educação (Ufes).⁴² O referido professor participou de vários encontros realizados no Brasil: SEAF, dos chefes dos departamentos de Filosofia, Colóquio Internacional de Filosofia etc.; cursos de aperfeiçoamento: professor do Ensino Médio, Problemas Brasileiros, técnicas administrativas, Antropologia, laboratório de ciências etc. Também desempenhou várias funções na Ufes, entre elas, ressalta-se o trabalho de vários anos frente à direção da Comissão Permanente de Pessoal Docente, assumida por ele em 1992. Santos se aposentou na Ufes em 1996.

Por vários anos o professor assumiu a disciplina Introdução à Filosofia para vários cursos da Ufes. Quando então surgiu o bacharelado em Filosofia, passou também a lecionar as disciplinas vinculadas à área do conhecimento, sobretudo, Teoria do Conhecimento. Não poderíamos esquecer de mencionar a sua contribuição ao Hospital Evangélico de Vila Velha, em que serviu por vários anos, inclusive, na condição de presidente da instituição. Antes de falecer, em 24 de março de 2016, o reverendo Cleves Emerich dos Santos escreveu uma carta poética que foi lida e entregue aos amigos que estavam presentes dia 25 de março, na sua despedida, na Igreja Presbiteriana Unida do Ibes, em Vila Velha:

Caros familiares, amigos e amigas: não pedi para vir, como não pedi para ir. Mas, já vou. Nascer e morrer são contingências das quais me convenci. Assim cumpro meu desiderato. Bem humorado com a vida ou às vezes mal humorado com ela. Eu vivi. Na fluidez dos devaneios, na força dos sonhos em constante renovação e nas

42 Jaime Wright, reconhecido religioso, um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, em 1978, faz referência a essa dissertação em seu artigo intitulado “Doutrina não, Bíblia sim”, publicado em 2 de setembro de 1995, na *Folha de S.Paulo*.

tentativas de sua realização, eu me fiz. E, agora como não mais tenho forças para prosseguir, eu já vou. Não contrariado, mas agradecido! Resignado e sem rancor. Serei memória por algum tempo, talvez não por todo o tempo. Embora desejasse que fosse. O importante é que vivi [...]. A despedida agora é para dizer que não lhes verei mais, nem vocês a mim. O tempo, entretanto, em que nos deparamos face a face e convivemos me foi uma “pausa na eternidade” (segundo a poetisa) e foi também a minha história, não escrita sem vocês. Agora vou fisicamente, mas vez ou outra gostaria de surgir e ressurgir na memória de vocês que me amam e a quem amei, como vínculo de um parentesco vivo e de uma fraternidade duradoura.

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

O trabalho mais importante que tivemos acesso do professor Cleves Emerich dos Santos foi sua dissertação de mestrado, que versava sobre o ensino religioso. Em seu esforço reflexivo pretendia fazer uma avaliação do ensino religioso no estado, em um estreito diálogo com a Filosofia. Os pressupostos filosóficos que embasaram seu trabalho acadêmico caminharam em direções distintas mas complementares: estão presentes em sua dissertação uma concepção de religião, de educação, de conhecimento, que procurarei apenas indicar de forma rápida, sem maiores aprofundamentos.

A sua compreensão filosófica da religião foi sistematizada a partir da interlocução com vários pensadores importantes que se dedicaram ao estudo do fenômeno. Entre eles poderíamos citar Rubem Alves e Mircea Eliade: ambos pertencentes a uma tradição que pretendia explicitar a experiência religiosa desde uma perspectiva fenomenológica. Rubem Alves certamente o marcaria profundamente em função da proximidade, ambos pertenciam à mesma tradição religiosa protestante. Postularia com Rubem Alves que a religião se vincula aos sonhos que emergem no mais profundo da existência humana. Um paraíso perdido, nostalgia, recuperação de

uma unidade perdida que se lança a buscar. É a ausência perseguida, desde um vazio profundo. Deus é o nome de um vazio que busca a plenificação. Ela nos lança para além do mundo dado, na busca do ainda não; é busca da realização dos desejos ocultos que habitam a alma humana. Na religião se escondem os anseios humanos de um mundo de iguais, justo, fraterno. Portanto, ela não está desvinculada dos anseios humanos de felicidade.

A sua concepção de educação está estreitamente relacionada com a sua forma de conceber a vida e o homem. Compreendeu o homem como um ser histórico (SANTOS, 1986, p. 118), que deve construir sua existência sempre com o mundo e “com o outro”, em relação, na fraternidade, de forma dialógica, nunca isolado. Tendo como princípio básico que a vida é o valor maior, a educação deve realizar este valor na atividade que lhe é própria, humanizar o homem em função de viver suas possibilidades e a plenitude de suas potencialidades dentro de contextos concretos de existência (SANTOS, 1984, p. 119). Educando e educador devem se educar juntos, de forma dialógica e não autoritária. Em sua reflexão teve como um de seus interlocutores Paulo Freire.

Também dirigiu crítica ao saber compartimentado que temos, como consequência de uma racionalidade que emerge com a ciência moderna. A realidade é fragmentada e, desde esta perspectiva, os saberes são construídos. Santos indica a necessidade de superação desta fragmentação na construção do conhecimento. Defende a necessidade de se construir uma visão global, um paradigma em que a realidade possa ser construída desde uma articulação do todo. “A interdisciplinaridade é uma necessidade urgente para recuperação desta visão de conjunto, de totalidade” (SANTOS, 1984, p. 74).

Capítulo 10

Pedro José Bussinger

O professor Pedro José Bussinger é mineiro, nasceu em 11 de junho de 1942, em Caparaó Novo, lugar que a partir de 1938, passou a ser distrito da cidade de Espera Feliz, adquirindo emancipação política em 1963. O seu pai foi o primeiro prefeito da nova cidade, empossado pelo Juiz de Direito da cidade de Carangola, o Sr. Dr. José de Freitas Teixeira. Naquele lugar, Pedro José e seus irmãos tiveram uma infância feliz e muito simples. Seus pais, Pedro Bussinger, comerciante, e Judith Alves Bussinger, se empenharam para que seus seis filhos⁴³ pudessem ter a formação e a aprendizagem que eles não tiveram a oportunidade de realizar.

Pedro José Bussinger fez seus primeiros estudos na escola Professor Francisco Lentz, em Caparaó, dirigindo-se em seguida para a cidade de Alto Jequitibá, onde fazia o Ensino Médio no Colégio Evangélico, existente naquela cidade, criado em 1942. Uma vez concluída suas formações iniciais, passa a residir no Rio de Janeiro, onde, por algum tempo, trabalharia como bancário. Pretendendo seguir a vida

43 Marlene Bussinger (professora primária), Miriam Bussinger (cursou história), Fernando Guilherme Bussinger, (economista), Sergio Marcos Bussinger (engenheiro), Augusto Cesar Bussinger (curso médio) e Pedro Jose Bussinger.

religiosa como pastor, mudou-se para Vitória, onde realizaria o bacharelado em teologia no Centro de Estudos Teológicos de Vitória. Entre os anos de 1972 e 1977, cursou Filosofia e Pedagogia na Faculdade Dom Bosco, de São João del-Rei. Em outubro de 1977 foi trabalhar na Universidade Federal do Espírito Santo, na condição de professor colaborador, em regime de quarenta horas semanais, no Departamento de Filosofia e Psicologia; posteriormente, mudaria o regime de trabalho, passando para dedicação exclusiva. Durante o período que foi docente na Ufes, lecionou Introdução à Filosofia e no curso específico da Filosofia em contribuição com a disciplina Filosofia Política. Antes, entre outras atividades, trabalhou como supervisor de uma unidade da Fundação Espírito-Santense de Bem-Estar do Menor (Febem).

A instituição em que estava vinculado, entre 1981-1983, o liberou para fazer o mestrado em Filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj). Não conseguindo realizar os estudos no período definido, retornaria posteriormente, em 1988, terminando o curso sob a orientação do dr. José Sotero Caio. Defendendo e sendo aprovado, sua dissertação de mestrado, intitulada Gramsci e a Cidadania, teve como professores avaliadores da banca, além do orientador, Dr. Luigi Bondin e Dr.^a Klara de Almeida Chediak.

Bussinger foi professor da instituição até 9 de junho de 2003, depois solicitou autorização para continuar como professor voluntário e realizou algumas atividades de extensão na Universidade. Uma vez aposentado, passou a lecionar, até 2017, na Emescam⁴⁴ seu trabalho

44 Uma das iniciativas da qual foi idealizador e participante ativo foi o Projeto Carvoeiro Cidadão. Este trabalho foi desenvolvido junto aos carvoeiros do norte do estado do Espírito Santo e de que tenho participado. Feito o estudo preliminar, constatada a existência do trabalho precário e desumano — a semiescravidão das relações de trabalho — nas unidades de produção de carvão vegetal ou carvoarias, pensou-se em um novo tipo de relações de trabalho que libertassem os carvoeiros da ambição do lucro, da privatização da força de trabalho e de sua exploração levada a efeito pelo gato (intermediário das siderúrgicas) ou pelo próprio patrão diretamente. A condição ontológica do ser carvoeiro pode

comunitário e de suas atividades pelos direitos humanos recebeu vários títulos em nosso estado.⁴⁵

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA COMO PREOCUPAÇÃO FILOSÓFICA E PEDAGÓGICA

A contribuição de Bussinger, em termos reflexivos, ocorreu no âmbito da filosofia política, na mesma linha desenvolvida por João Pedro de Aguiar. É nela que teve possibilidades de discutir dois temas que ocupou um lugar proeminente em seu labor intelectual: o dos direitos humanos e o da cidadania. Entre os seus trabalhos acadêmicos, a sua dissertação de mestrado apresenta-se como a mais abrangente, extensiva e importante de sua produção escrita. O aludido trabalho intitulado *Gramsci e a cidadania*, defendido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, em 1989), foi resultado da atividade pensante desenvolvida por ele em períodos bem anteriores a essa

ser descrita pela exclusão e pela carência: sem moradia adequada, sem energia elétrica, sem água potável, sem instalação sanitária, sem dentes, descalços, sem saúde, sem nunca ver o próprio salário, os filhos, sem escola, sem identidade social, sem cidadania, portanto. O projeto pensado apontou para uma carvoaria em que se concretizasse os seguintes elementos: economicamente viável, socialmente justa, ambientalmente adequada. Para tanto, aglutinou-se a sociedade civil e política. Participam do projeto ONGs, sindicatos, Igrejas, empresas, o MST, a CPT, a Universidade e o Estado em seus vários níveis. Formou-se um **pacto** de compromissos, um tipo de **consenso** para a consecução do projeto. Com a elevação do nível econômico dos carvoeiros desenvolveu-se também um trabalho pedagógico-cultural no sentido de despertar-lhes identidade como pessoas. Conferir Bussinger (1998, p. 137).

45 Título de cidadão Serra, 1995 (Câmara Municipal da Serra); Cidadão Espírito-Santense, 2004 (Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo); Honra ao Mérito pela Defesa dos Direitos Humanos, 2004 (Câmara Municipal de Vitória); Comenda Reis Magos, 1996 (Câmara Municipal da Serra); Honra ao Mérito/Comenda Everton Montenegro, 2010 (Câmara Municipal de Vitória); Título Caparaense Ausente, 2004 (Prefeitura de Caparaó).

data. Nesse trabalho, em seu percurso, em um primeiro momento, analisou as contribuições relevantes da filosofia clássica no trato do tema. Destacou os aportes de Thomas Hobbes (BUSSINGER, 1989, p. 6-25), John Locke (BUSSINGER, 1989, p. 25-39) e Jean-Jacques Rousseau (BUSSINGER, 1989, p. 39-53). Do primeiro discute a cidadania desde o seu conceito de soberania irrestrita do Estado; do segundo, os direitos individuais em relação à propriedade privada desde sua visão natural; e do último, Rousseau, o seu conceito de vontade geral presente no seu livro Contrato Social.

Em seguida, com base no legado de Marx, Bussinger estabeleceu uma crítica aos ideais liberais formais destes pensadores, sem deixar de reconhecer o seu significado para a compreensão do pensamento político. Para melhor situar a contribuição do pensador alemão, realizou uma rápida explanação da filosofia política hegeliana para a qual o Estado desempenha um papel fundamental na realização das liberdades individuais. Também expõe a crítica que Marx realiza em torno do conceito de alienação religiosa em Feuerbach. Os dois filósofos, para Marx, no entender do autor em análise, em função de suas visões idealistas e essencialistas, perdem de vista a práxis humana concreta, desde as estruturas econômicas de produção. Em relação a Hegel, com a sua pretensão de protagonizar o Estado como articulador da sociedade civil, perguntou Bussinger, apoiado em sua interpretação de Marx:

Mas o Estado resolve as contradições do mundo real? Certamente não. O método resolutivo de Hegel revela neste ponto sua limitação. Ao pretender elevar ao político e nele concentrar o nexos da resolução das contradições reais, o que fez Hegel foi conservar neste nível todas as contradições mantendo a separação — na medida em que a esfera política assumiu uma postura de transcendência, isto é, um mundo superior a outro mundo. Marx mostra que a transcendência tem a realidade da imanência e que a solução do enigma do mundo real encontra-se no próprio mundo (BUSSINGER, 1989, p. 67).

Avançando em sua reflexão, Bussinger passou a discutir a contribuição de Gramsci, em função de sua preocupação neste labor filosófico que é o da cidadania e da educação, desde a filosofia da práxis. Alguns conceitos importantes do pensador italiano são expostos: estados, hegemonia, superestrutura, historicismo, ideologia, cultura, papel do intelectual etc., através dos quais ele realiza uma atualização de Marx, com a pretensão de fazer uma interpretação que pudesse orientar a práxis no contexto da realidade italiana. Nela, o papel da cultura e da ação do intelectual engajado e militante ganha um significado novo nos processos de criação de uma nova cultura que pudesse expressar os interesses da massa na construção de uma nova sociedade no processo histórico de superação das contradições existentes. Segundo nosso professor, quando Gramsci discutiu a questão da cultura:

No contexto da discussão sobre a história, não quer ele estabelecer uma hierarquia sobre os fenômenos, mas, sobretudo, um ponto de vista para se compreender as contradições históricas e vencê-las. A filosofia da práxis educa para que se investigue a substância dos acontecimentos históricos e da cultura. A história é necessidade imanente que encontra o seu ponto de justificação na cultura, nas forças econômicas e nos modos de convivência humana (BUSSINGER, 1989, p. 95).

É no interior desse processo histórico de recriação cultural que Bussinger vai discutir o papel do intelectual, não sendo pensado como atividade de um indivíduo e atividade subjetiva de um indivíduo isolado da sua circunstância e história, pois ele, como intelectual orgânico, sempre tem o seu papel na justificação e manutenção de determinadas estruturas sociopolíticas, que será analisada em sua dissertação, no estudo feito de Gramsci em suas várias obras em sua construção teórica. O que ele tinha em vista era avaliar a contribuição do intelectual que contribuía para o exercício

da sociedade civil, não mais pensado a partir da clássica separação entre trabalho manual e intelectual, usualmente feita quando se discutia o papel do intelectual, mas sim desde um contexto específico das relações de produção.

O exercício da participação cidadã é pensado desde uma nova compreensão da relação entre o estado e a sociedade civil, pensada por Gramsci. Bussinger fez uma retrospectiva das várias formas como a cidadania foi pensada desde Aristóteles, passando pelos pensadores modernos em sua compreensão do progresso moral da humanidade. Não deixou de apontar os limites das concepções liberais, em termos de compreensão de cidadania e sua concepção de poder. Seguindo Gramsci, postularia uma nova concepção de Estado, que se constituía como sociedade política e sociedade civil. É na sociedade civil que se realiza a cidadania, os sonhos, a afirmação dos sujeitos individuais e coletivos que são agentes da história. Pensar em cidadania é “cidadãos ativos e conscientes, construtores da realidade que eles transformam e que os transforma” (BUSSINGER, 1989, p. 138).

Concluindo sua dissertação, Bussinger ressaltaria os meios de formação do cidadão, que implica um processo de construção de uma nova concepção de mundo articulada aos seus interesses. Neste caso, a Filosofia deveria contribuir para promover uma nova cultura, elevar a qualidade da percepção do senso comum. Não se trata da contribuição de um intelectual individual em seu gabinete, mas daquele que, assumindo o projeto popular, possa contribuir no interior do processo histórico, com todas as contradições, para que as consciências possam ir além do individual e se percebam como parte de um processo universal. Teve a oportunidade também de analisar a contribuição do partido — postularia uma nova concepção dele, como formador, e das escolas. Pressupôs, nessas atividades educativas, uma concepção de homem. Já não mais aquela essencialista, de um homem fechado em si, mas ativo e dinâmico, em devir, que se constrói com os demais perpassado por relações

de interesses e conflitos antagônicos. O exercício da cidadania deve visar a um homem integral, que em vez de ser unicamente dirigido, deve amadurecer para ser dirigente e eticamente responsável pelo destino de si e da comunidade:

O desenvolvimento ético do indivíduo não é um desenvolvimento puramente individual. O indivíduo humano real, vivo, não é um ser fechado em si mesmo. Ele encontra sua humanidade desenvolvendo a humanidade do outro, isto é, ele projeta sua “humanidade”, ou seja, a síntese do seu ser constitutivo individual e dos elementos sociais para fora de si mesmo, para a vida social e conclui: “Só é possível a cidadania na sociedade democrática, pois nela a sociedade política (coerção) ajudará a irromper a sociedade civil (o consentimento ativo dos cidadãos)” (BUSSINGER, 1989, p. 157).

Em suas conclusões entende que na filosofia política de Gramsci há uma antropologia política, ou seja, sua compreensão de homem, que não pode ser pensado fora da relação com a natureza e os demais homens, desde um contexto de produção em que suas condições de vida são colocadas.

Em seu artigo publicado na revista de Filosofia Sofia, intitulado Gramsci e Foucault, Pedro Bussinger, no âmbito da filosofia política, faz uma discussão sobre o conceito de poder. Destacou que este é um tema que merecia a atenção dos filósofos desde a antiguidade. Dentro da visão essencialista dos pensadores gregos, ressaltou a contribuição de Platão, que evidenciaria o princípio e o fundamento que viabilizaria a organização de uma cidade justa. Segundo Bussinger, com Maquiavel, ocorreria uma virada radical em relação aos seus predecessores no trato da questão. Agora, dentro de uma visão realista, ele postulava uma visão do poder com uma atividade constitutiva do próprio homem como coletividade, o que implicaria sempre imposição e relação de dominação.

Ainda no citado texto, ressaltou as contribuições de Hobbes, Marx, Nietzsche, Gramsci, Foucault. O seu interesse era pelas posições de Gramsci e Michel Foucault. Em relação ao primeiro, sublinhou a sua novidade conceitual em relação à tradição marxista. No pensador italiano, focando o papel do intelectual, compreenderia que este não mais seria um fomentador e transmissor de ideias, mas cumpridor de um papel novo na relação entre a estrutura e superestrutura, base econômica e ideológica, sem que haja primazia de um em relação ao outro (BUSSINGER, 1996, p. 53). Segundo o estudioso, Gramsci advogaria um papel novo para o intelectual como autoconsciência de uma classe, em relação à tradição marxista. “A função do intelectual orgânico seria a de dar ao grupo social a que está vinculado homogeneidade e consciência da sua função no campo econômico, social e político” (BUSSINGER, 1996, p. 54). Ele teria um papel organizador das massas com uma função dirigente, que visava um fortalecimento da sociedade civil, com vontade coletiva. No processo histórico concreto não seria impositor de ideias e projetos individuais, mas um promotor da coletividade, desde uma articulação orgânica e intrínseca com as massas; no interior desta práxis ganharia um novo sentido a relação entre teoria e prática, o especialista e o político (BUSSINGER, 1996, p. 56). Não pensar para a coletividade, mas junto com ela, um compromisso político, ético e pedagógico, assim como ocorreu com a burguesia que contou com seus intelectuais orgânicos, os elaboradores de sua nova concepção de mundo.

Destacou Bussinger, em seu esforço cognitivo, o papel dos partidos políticos (BUSSINGER, 1996, p. 60) e, nele, a atividade do intelectual comprometido com as classes trabalhadoras, sobretudo, na construção de uma ideologia que pudesse ser expressão desta própria classe no processo histórico de afirmação de sua hegemonia, através de uma ideologia que desse unidade ao pensamento disperso e à classe fragmentada em sua percepção do mundo e na luta pelos seus interesses.

Em relação a Foucault, sublinharia que sua percepção em relação ao papel do intelectual encontrava-se centrada em sua inovadora compreensão do poder, que não ocorreria senão desde uma crítica a uma certa visão dogmática do marxismo, em que seus defensores encontravam-se ainda prisioneiros de uma visão evolutiva e economicista dialética (BUSSINGER, 1996, p. 61). Com base em seu postulado de um regime de verdade, o poder não se apresentava em sua leitura de Foucault como algo externo, mas penetrava e perpassava toda sociedade, ele se realizava de forma difusa em seus mecanismos invisíveis de controle, vinculados aos vários saberes psiquiátricos. Concluiu sua reflexão com as seguintes afirmações:

A questão política dos intelectuais, considerada essencial para Foucault, inscreve-se no seguinte quadro: a) ao invés de criticar os conteúdos ideológicos ligados a uma determinada ciência, busca uma constituição de uma política de verdade; b) ao invés de querer mudar a consciência das pessoas, mudar o regime político, econômico e institucional de produção da verdade; c) ao invés de querer libertar a verdade de todo sistema de poder, desvincular o poder da verdade das formas da hegemonia sociais, econômicas e políticas — já que a questão da política da verdade é a própria verdade e não mais a alienação, o erro e a ilusão (BUSSINGER, 1996, p. 64).

Articulada à sua reflexão política, encontramos preocupações pedagógicas que perpassam seus escritos. A educação, para Bussinger, é de suma importância, como ele evidenciou em seu artigo “Educação e Direitos Humanos” (2004). Segundo ele, a educação deve contribuir para a estruturação de uma cultura dos Direitos Humanos, e, ao mesmo tempo, deve ser uma atividade que permita à consciência alcançar um nível mais elevado de percepção e inteligibilidade do mundo. Assim sendo, a educação deve levar os indivíduos a uma superação de uma visão fragmentada e dispersa da realidade. Somente um olhar crítico é capaz de evidenciar a totalidade do real em sua

estrutura, permitindo as pessoas, tanto individualmente como coletivamente, se situarem no processo histórico, e nele intervirem como agentes criativos e construtores do seu destino. O pedagógico, neste caso, é possuidor de uma dimensão política, e o político, um aspecto pedagógico: ambos devem favorecer a afirmação do homem concreto, sempre situado, mas também constantemente aberto para novas possibilidades históricas. Certamente, aqui uma questão antropológica se coloca para Bussinger, quem é o homem?

Para ele, se corre sempre o risco de uma visão abstrata e universalista do homem como postulou a filosofia clássica, em suas posições essencialistas e universalistas do homem, assim como no pensamento moderno em suas concepções naturalistas de fixação de uma natureza humana, ao mesmo tempo fixa, imutável e eterna. Bussinger defende a ideia de que o homem se apresenta como um ser histórico, como devir, um ser inconcluso, sempre se fazendo, em um processo aberto, conflituoso, situado, humanizador:

O ser do homem está inserido no conjunto das relações entre os grupos humanos, encontrando-se pressuposta a relação com a natureza. Deste ponto de vista, a questão da unidade da vida humana devera ser dialeticamente considerada como um processo vivo de concórdia discordante, que não parte de uma unidade a priori pressuposta, mas que tem em si as razões de uma possível unidade (BUSSINGER, 2003, p. 122).

Assim sendo, não se pode pensar nem educar o homem com base em uma compreensão prévia e anistórica dele, é preciso considerá-lo como parte do mundo e com ele. Uma educação integral deve ter o homem como ponto de partida e de chegada. Sua humanidade e a realização tem lugar na sua imersão no mundo histórico, como todas as contradições e possibilidades. Uma atividade politico-pedagógica, que promova a cidadania e os direitos humanos, não pode se dar sem uma sensibilidade epistemológica que permita uma

compreensão do mundo coerente e unificada da realidade, de sua estrutura mais íntima, que não é acessível ao senso comum em sua visão limitada e naturalizada da sociedade. Também a atividade educativa deve ter em vista a promoção de um comportamento ético, que não é considerado aqui como um vago sentimento dos valores que moldam o comportamento e a vida afetiva. A possibilidade de cada um ser protagonista e responsável pelo que faz de si e da vida da coletividade, como cidadão ativo e consciente. É para este projeto que a pedagogia da práxis deve trabalhar: cidadania e direitos humanos estão juntos e interligados, devem visar a realização humana em suas possibilidades: afirmação para a vida e com a vida. Assim se pode trabalhar por uma nova sociedade, um novo estado.

Ao concluir nossas breves considerações sobre o autor, gostaríamos de salientar que ele escreveu vários pequenos textos em jornais e em alguns meios eletrônicos acessados quando este trabalho já havia sido concluído. Um novo estudo na continuidade deste deve levar em consideração integrar estas e novas contribuições do filósofo.

Conclusão

Estamos chegando ao final deste nosso itinerário investigativo. Na verdade, forçado a concluir, há um sentimento de que algo mais poderia ser feito: novas fontes, estudos mais exaustivos e prolongados dos nossos professores, possíveis injustiças em nossas análises apressadas das obras etc. A pandemia do coronavírus colocou um término, pelo menos neste momento, em nosso percurso, ficamos impossibilitados de acessar arquivos e fornecer alguma notas explicativas; vimo-nos obrigados a socializar o que até então havíamos conseguido elaborar; mas, como a história é dinâmica e nunca para, em outra oportunidade, poderemos continuar, quem sabe, na companhia de mais pessoas interessadas nesta vereda aberta que iniciamos.

Espero poder ter evidenciado que os professores de Filosofia vinculados à tradição protestante, no caso a presbiteriana, tiveram a sua contribuição no desenvolvimento da Filosofia em nosso estado, sobretudo em sua fase inicial, quando da constituição do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo. Também busquei apresentar, de forma rápida, alguns acontecimentos históricos que foram importantes e possibilitadores do encontro desses jovens no Seminário Centenário de Vitória, advindos de distintas localidades. Foi ali que muitos deles entraram em contato com a Filosofia, este saber milenar iniciado com os gregos,

nos cursos de teologia que eram oferecidos aos que se interessavam em tornar-se pastores da igreja presbiteriana. Esse contato inicial os levou, posteriormente, a uma busca de complementação de formação filosófica em outros centros disponíveis, sobretudo em São João del-Rei, conforme documentos pesquisados. A cidade mineira não fica tão distante de Vitória, por isso mesmo foi uma das opções para os interessados em uma formação filosófica. Naquele tempo, quem estudava Filosofia em instituições religiosas, não reconhecidas pelo MEC, tinha a alternativa, em decorrência de uma lei criada do final da década de 1960 pelos militares, de realizar a convalidação de créditos em faculdades possuidoras de cursos autorizados e obter licenciatura em Filosofia. Em 2004 houve uma mudança nesta lei, trazendo novas exigências para o processo de convalidação.

Esses professores, todos eles com a formação filosófica que lhes foi possível, permaneceram unidos, agora não apenas por serem partícipes de uma instituição religiosa e por identificações teológicas, mas também em função de suas participações em uma comunidade filosófica constituída que, ao longo do tempo, conheceria uma grande fecundidade e amadurecimento acadêmico entre nós. Como indicamos, embora a preocupação da Universidade Federal do Espírito Santo, em seu momento inicial, fosse o ensino, podemos perceber por parte destes primeiros professores de Filosofia um esforço no sentido de realizar pesquisas filosóficas que se constituiriam nas primeiras produções acadêmicas, ainda que não tivessem por base uma tradição investigativa que desse suporte, que permitisse o desenvolvimento de uma sensibilidade própria para a atividade. Em função desse fato, é compreensível que nem todos do grupo tenham conseguido desenvolver os projetos de pesquisa que pretendiam efetivar. Há de se considerar também que, além de docentes, eram lideranças religiosas engajadas em atividades pastorais e sociais que os absorviam muito.

Não resta dúvida de que a atividade e a cultura filosófica caminharam muito em nosso estado, desde os nossos primeiros professores

de Filosofia. Este trabalho realizado permitiu o surgimento de outras iniciativas, em algumas das quais eles participaram ativamente, inclusive a criação do curso de Filosofia com novas exigências. Em seguida, os programas de mestrado e doutorado acadêmico em Filosofia, acontecimentos importantes nessa história. Recuperar a memória dos que nos antecederam é importante para nos prepararmos para novos desafios que surgirão. Recentemente foi criado o programa de mestrado profissional no ensino de Filosofia, que abre um espaço importante de pesquisa, não apenas das metodologias importantes para o ensino, mas também de recuperação dessa história de ensino em nossa região, de uma tradição que precisa ser conhecida. Conhecê-la e se apropriar dela é condição para realizar nossas possibilidades, ou seja, para lembrar Xavier Zubiri, fazer história.

Referências

AGUIAR, João Pedro. A relação classe revolucionária: partido de massa, a partir da leitura de *O príncipe* de Maquiavel. **Revista de Cultura da Ufes**, Vitória, p. 6-19, 1985.

AGUIAR, João Pedro. Plebiscito: é tempo de cidadania. **Revista Sofia**, Vitória, n. 5, p. 1-4, 1988.

ALVES, Rubem (org.) **De dentro do furacão**. Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação. Rio de Janeiro: Cedi, 1985.

ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Ática, 1982.

ALVES, Rubem. Um céu imensamente azul. **Revista Sofia**, ano 4, n. 5, p. 1012, 1988.

ARAÚJO, João Dias de. **Inquisição sem fogueira**. Rio de Janeiro: Iser, 1985.

BEATO, Joaquim. **121 dias no Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, 1995.

BEATO, Joaquim. Entrevista cedida a Cyro Cormarck. **Imprensa Evangélica** [Órgão oficial da IPU], ano 5, n. 23, p. 4, out. 1986.

BEATO, Joaquim. Ideologia cristã como base para a ação social da igreja. **Cristianismo y Sociedad**, Montevideo, ano 1, n. 1, p. 9-17, 1963.

BEATO, Joaquim. O negro na Bíblia. **Teologia Igreja Presbiteriana Unida**, [s. d.]. Disponível em: <https://teologiaipu.wordpress.com/por-autor/>. Acesso em: 22 maio 2020.

BEATO, Joaquim. O pacto de Moisés e o pacto de Davi. Os dois círculos de tradição do Antigo Testamento. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 212, p. 29-30, 1986.

BEATO, Joaquim. Os profetas em épocas de transformações políticas e sociais. In: CESAR, Waldo *et al.* **Cristo e o processo revolucionário brasileiro**. Recife: CEB, 1962, v. 2, p. 13-31.

BEATO, Joaquim. Pelo direito à recandidatura. **Jornal Contexto Pastoral**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 36, p. 4, 1977.

BEATO, Joaquim. Que teologia negra podemos produzir. Debate. **Jornal Contexto Pastoral**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 20-21, jul./ago. 1994. Suplemento.

BEATO, Joaquim. Sacerdotes contra profetas. **Revista Comunicações**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 12, p. 25-31, 1984.

BIELER, André. **Une politique de l'espérance**: de la foi aux combats pour un monde nouveau. Paris: Centurion, Labor et Fides, 1971.

BITTENCOURT FILHO, José. **Caminhos do protestantismo militante**. Isal e Conferências do Nordeste. Vitória: Unida, 2014.

BUSSINGER, Pedro José. Educação e Direitos Humanos. *In*: Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública. Vitória: Nevi, 2004.

BUSSINGER, Pedro José. **Gramsci e a cidadania**. 1998. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis, 1998.

BUSSINGER, Pedro José. Gramsci e Foucault: os intelectuais e o poder. **Revista Sofia**. Vitória, n. 2, dez. 1996.

CASTRO, Ferreira de. **A selva**. 25. ed. Lisboa: Guimarães, 1955.

CAVALIERI, Edebrando. João Pedro de Aguiar: filosofia e ação política. **Revista Sofia**, Vitória, n. 2, p. 5-7, dez. 1996.

CESAR, Valdo *et al.* **Cristo e o processo revolucionário brasileiro**. Rio de Janeiro: CEB, 1962. v. 2, p. 13-31.

CESAR, Valdo; SHAULL, Richard. **Pentecostalismo e o futuro das igrejas cristãs**. Petrópolis: Vozes/Sinodal, 1999.

DASILIO, Derval. **Jaime Wright: o pastor dos torturados**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012.

DIAS, Zwinglio M. Da separação à unidade necessária imprescindível. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, 1984, n. 192, p. 20-24, 1984.

DIAS, Zwinglio M. (org.) **Memórias ecumênicas protestantes: os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência**. Rio de Janeiro: Koinonia, 2014.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

FERREIRA, Júlio de Andrade. **Galeria evangélica**. São Paulo: Casa Presbiteriana, 1952.

GADOTTI, Moacir *et al.* **Paulo Freire**. Bibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

HERKENHOFF, João Baptista. O profeta da Justiça. **Gazeta Online**, 17 out. 2017a. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/joao_baptista_herkenhoff/2017/10/o-profeta-da-justica-1014103985.html. Acessado em: 27 jul. 2021.

HERKENHOFF, João Baptista. Pastor Claude Labrunie. **Grande Bahia**, Feira de Santana, 25 out. 2017b.

LABRUNIE, Claude Emmanuel. A doutrina da predestinação-eleição, segundo Karl Barth. **Revista Simpósio**, São Paulo, n. 34, p. 27-31, 1999.

LABRUNIE, Claude Emmanuel. A selva. **Revista de Cultura da Ufes**, Vitória, p. 31-39, 1978.

LABRUNIE, Claude Emmanuel. Educação para o desenvolvimento. **Astes**, São Paulo, n. 8, p. 14-19, jul. 1972.

LABRUNIE, Claude Emmanuel. João Calvino: a arte e a hinologia. **Astes**, São Paulo, n. 27, p. 221-223, jun. 1983.

LABRUNIE, Claude Emmanuel. Uma nova hermenêutica para uma nova sociedade. No contexto da convivência de igreja pobres e igreja ricas, o que acontece quando a rica reivindica sua autonomia? *In*:

LABRUNIE, Claude Emmanuel. **Cinquenta anos depois**. Vitória: Flor e Cultura, 2004. p. 335-343.

LABRUNIE, Clícia Siqueira. História da família do Reverendo Cícero Siqueira. Entrevista cedida a Devair G. Oliveira. **Jornal das Montanhas**, Alto Jequitibá (MG), 11 set. 2009. Disponível em: <https://www.jm1.com.br/geral/eventos/um-pouco-da-historia-da-familia-do-reverendo-cicero-siqueira.html> . Acesso em: 22 set. 2020.

LABRUNIE, Clícia Siqueira. **Transcendência**. Poesias. Vitória: Escola Técnica Federal do Espírito Santo, 1978.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.

MELO, Douglas Christian Ferrari de. **Entre a proposição e a crítica**: o Partido dos Trabalhadores e as políticas públicas em educação em Vila Velha (1989-1996), Vitória e Cariacica (1993-1996). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NUNES, Antônio Vidal (org.). **O que eles pensam de Rubem Alves e de seu humanismo na religião, na educação e na poesia**. São Paulo: Paulus, 2008.

OGLEDBY Carl; SHAUKK, Richard. **Reação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

OLIVEIRA, Admardo Serafim de. **Conscientização**: theory and practice of a liberatian education a philosophical understanding of Paulo Freire's pedagogy. 1980, Dissertação (Doutorado em Filosofia) – School of Graduate Studies of the University of Ottawa. Ottawa, 1980.

OLIVEIRA, Admardo Serafim de (org.). **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Loyola, 1985.

OLIVEIRA, Samuel Louzada Castro de. Devires e sementes. *In*: VENTORIN, Silvana; PIRES, Marlene de Fátima; OLIVEIRA, Edna de Castro (org.) **Paulo Freire**. A práxis político-pedagógica do Educador. Vitória: Edufes, 2000.

SANTIAGO-VENDRELL, Angel Daniel. **Contextual theology and revolutionnary transformation in Latin American**. The misiology of M. Richard Shaull. Oregon: Pickwik Publications, 2010.

SANTOS, Cleves Emerich dos. **Ensino religioso, corpo estranho no currículo escolar de 1º e 2º Graus**. 1986. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação e Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1986.

SHELDON, Charles M. **Em seus passos que faria Jesus?** São Paulo: Hagnos, 1988.

SILVA, Anacleto Rodrigues da. **A arte**. Espírito Santo: Secretaria de Educação e Cultura, 1988. Coletâneas de texto para o Ensino Médio, p. 109-114.

SILVA, Anacleto Rodrigues da. A filosofia no Segundo Grau. Cachoeiro do Itapemirim. Folha-Educação. **Folha do ES**, Cachoeiro de Itapemirim, p. 2, 24 maio 1997.

SILVA, Anacleto Rodrigues da; NUNES, Antônio Vidal. **O que é utopia**. Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo. 1988. Cole-tânea de Textos para o Ensino Médio, p. 4148.

SILVA, Anacleto Rodrigues da. Práxis de linguagem. **Revista Sofia**, Vitória, ano 2, n. 2, p. 135-145, 1996.

SILVA, Anacleto Rodrigues da. Filosofia no Ensino Fundamental. **A Tribuna**, Vitória, p. 2, 14 jun. 2001.

SILVA, Anacleto Rodrigues da. **Uma estética da linguagem**. Leitura de “A Metáfora Viva” de Paul Ricoeur. 1990. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

SILVA, Hélerson. **A era do furacão, história contemporânea da igreja Presbiteriana do Brasil – 1959-1966**. 1996. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo dos Campos, 1996.

TABRAJ, Marcelo Barzola. **Edifício Educacional Protestante: Seminário Teológico Presbiteriano Centenário**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

Índice

A

ação social 18, 33, 34, 91

Admarco Serafim de Oliveira 7, 9,
47, 48, 51, 53

Anacleto Rodrigues da Silva 7, 9, 26,
27, 54, 58, 61

C

Centro de Estudos Teológicos 26,
55, 77

cidadania 36, 60, 70, 78, 79, 80, 81,
82, 85, 86, 90, 92

Claude Emmanuel Labrunie 7, 9,
38, 41

Cleves Emerich dos Santos 8, 9, 73,
74

compromisso social 16

comunidade 11, 12, 20, 23, 26, 40,
46, 63, 70, 82, 88

Conferência do Nordeste 35

Conselho Mundial das Igrejas 16,
18, 24, 29, 30, 31, 41, 66

Cultura 31, 61, 67, 90, 93, 94, 95

cultura 13, 18, 24, 25, 41, 50, 69,
80, 81, 84, 88

D

democracia 32, 49, 69

Departamento de Filosofia 1, 4, 5,
10, 12, 13, 14, 19, 20, 26, 27,
29, 32, 40, 48, 56, 62, 63, 66,
72, 77, 87

Direitos Humanos 78, 84, 92

direitos humanos 10, 32, 78, 85

E

Educação 4, 8, 10, 31, 32, 40, 48,
51, 55, 59, 61, 66, 71, 73, 84,
92, 93, 95

educação 7, 11, 21, 32, 40, 44, 48,
49, 50, 51, 60, 66, 70, 71, 74,
75, 80, 84, 85, 94

ensino de Filosofia 11, 33, 61, 63,
89

F

Filosofia 1, 4, 5, 10, 11, 12, 13,
14, 19, 20, 24, 26, 27, 29,
30, 32, 33, 38, 39, 40, 44,
47, 48, 51, 53, 55, 56, 59,
60, 61, 62, 63, 65, 66, 72,
73, 74, 77, 81, 82, 87, 88,
89, 92, 96

filosofia 8, 13, 14, 17, 19, 24,
27, 29, 33, 34, 50, 51, 56,
60, 67, 69, 77, 78, 79, 80,
82, 85, 88, 92, 95

filosofia política 8, 67, 78, 79, 82

Fundação Cícero Siqueira 47

H

História 10, 11, 13, 14, 15, 20,
23, 29, 33, 34, 35, 44, 52,
59, 63, 74, 76, 80, 81, 87,
89, 94, 96

história 10, 11, 13, 14, 15, 20,
23, 29, 33, 34, 35, 44, 52,
59, 63, 74, 76, 80, 81, 87,
89, 94, 96

homem 7, 19, 33, 36, 41, 42, 43,
45, 46, 50, 56, 57, 59, 63,
75, 81, 82, 85

I

Igreja Presbiteriana do Brasil 9,
14, 16, 19, 20, 26, 29, 63

Igreja Presbiteriana Unida 9, 19,
29, 36, 42, 63, 73

Igreja Presbiteriana Unida de

Maruípe 55

Igreja Presbiteriana Unida do
Ibes 73

injustiça social 37, 44

Isal 18, 29, 41, 91

J

João Pedro de Aguiar 8, 9, 26, 65,
66, 67, 68, 69, 70, 78, 92

Joaquim Beato 7, 9, 23, 26, 28,
29, 30, 32, 33, 35, 36, 42

L

Libertação 17, 52, 55, 56, 90

linguagem 7, 33, 34, 36, 55, 57,
58, 96

P

partido político 67

Paulo Freire 10, 48, 49, 50, 51,
52, 53, 75, 93, 95

Pedro José Bussinger 8, 9, 26, 76

pensamento 11, 13, 17, 18, 19,
20, 25, 38, 48, 51, 56, 61,
67, 68, 71, 79, 83, 85, 95

pesquisa 1, 4, 5, 11, 12, 13, 14,
27, 30, 31, 66, 88, 89

Pesquisa 4, 5, 11, 30

Política 40, 76

política 8, 10, 17, 32, 66, 67,
68, 69, 71, 76, 78, 79, 81,
82, 84, 92

professor 9, 23, 26, 29, 30, 31,
33, 35, 39, 40, 41, 42, 44,
47, 48, 49, 51, 53, 55, 56,
58, 62, 63, 65, 66, 67, 70,
72, 73, 74, 76, 77, 80
profetas 29, 33, 34, 35, 36, 91

R

Responsabilidade

Responsabilidade Social 18

Richard Shaull 9, 17, 25, 38, 45,
52, 90, 95

Rubem Alves 9, 25, 45, 48, 52,
53, 66, 67, 74, 94

Rubens Duarte de Albuquerque
7, 9, 62, 63, 64

S

SEAF 41, 48, 73

Seminário Presbiteriano Cente-
nário 41, 65

subdesenvolvimento 45

T

Teologia da Libertação 17, 52, 90

teologia da revolução 9

U

Universidade Federal do Espírito

Santo 10, 12, 17, 27, 29,
32, 40, 48, 53, 55, 63, 72,
77, 87, 88, 94

Sobre o autor

Antônio Vidal Nunes é mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (2001), com dois pós-doutorados em Filosofia: pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2004, e pela Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, El Salvador, em 2013. É docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde desenvolve atividades de ensino e pesquisa relacionadas às áreas de Filosofia da Religião e Filosofia no Brasil e América Latina. Entre os livros que publicou, destacam-se *A ciência e o homem no pensamento de Rubem Alves e Farias Brito* (Edufes), *Corpo, linguagem e educação dos sentidos no pensamento de Rubem Alves* (Paulus), *Mircea Eliade e a busca do sagrado* (Edufes), *O que eles pensam de Rubem Alves e de seu humanismo na religião, na educação e na poesia* (org., Paulus) e *Fundamentos filosóficos da educação* (Sead/Ufes).

